



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 116

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 07

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Jonas Guimarães 16

Dep. Jocelito Canto 17

Dep. Pedro Ivo 19

Dep. Pastor Edson Praczyk 22

Dep. Péricles de Mello 24

Dep. Ademar Traiano 25

Grande Expediente:

Dep. Ademar Traiano 28

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 18

Liderança do PT

Dep. Pedro Ivo 20

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Eedson Praczyk 22

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 26

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

2ª Discussão 34

1ª Discussão 34

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

DIÁRIO Nº 116

106ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

07 DE OUTUBRO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Ausentes a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Carlos Simões, Douglas Fabrício, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost,

Osmar Bertoldi, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (13).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Marcelo Rangel (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 330, 331, 332, 333, 334, 335 e 336/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis nºs: **Anote-se - Arquivo-se.**

209/08: do Poder Executivo que, dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 21 mil e 598 militares estaduais, o qual convertido em Lei tomou o nº 15949. **Anote-se - Arquivo-se.**

287/08: do Tribunal de Justiça que, revoga o artigo 149, da Lei nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15950. **Anote-se - Arquivo-se.**

288/08: do Tribunal de Justiça que, transforma cargos vagos do Quadro Efetivo de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15951. **Anote-se - Arquivo-se.**

850/07: de autoria do Deputado Stephanes Júnior que, obriga os restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15952. **Anote-se - Arquivo-se.**

250/08: de autoria do Deputado Nereu Moura que, proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta (*Murraya paniculata*), por ser vegetal hospedeiro da bactéria *Candidatus liberibacter ssp.*, disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada Huanglongbing (HLB - Greening), o qual convertido em Lei tomou o nº 15953. **Anote-se - Arquivo-se.**

274/08: de autoria do Deputado Ribas Carli Filho que, dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 14257, de 12/12/03, o qual convertido em Lei tomou o nº 15954.

Anote-se - Arquivo-se.

347/08: do Tribunal de Contas que, dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, dos cargos em comissão, ficam reajustados no percentual de 4,46%, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15955. **Anote-se - Arquivo-se.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 07/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente das Sessões Plenárias nos dias 07 e 08 de outubro do corrente mês, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agrado a atenção dispensada.

Atenciosamente,
(a) MARCELO RANGEL

Indicações

INDICAÇÃO Nº 219/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Planaltina do Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Planaltina do Paraná de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Planaltina do Paraná tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Planaltina do Paraná tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Planaltina do Paraná possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 220/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Porto Rico.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Porto Rico de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Porto Rico tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Porto Rico tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Porto Rico possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 221/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar a instalação do Bombeiro Comunitário no município de Paranacity.

Sr. Governador, Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná que determinem a instalação do Bombeiro Comunitário em Paranacity, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Bombeiro Comunitário (PBC), criado pelo Decreto nº 6072/06, estabeleceu pré-requisitos para os municípios com mais de 15 mil habitantes que a ele quisessem aderir. A cidade de Paranacity atende a todas essas exigências e está pronta para tomar demais providências que se fizerem necessárias para poder participar dessa louvável iniciativa do Poder Executivo Estadual.

Destaca-se, ademais, que esse município é cidade-pólo, que agrega em seu entorno municípios menores, os quais poderão usufruir da estrutura do PBC que vier instalado em Paranacity. Vale sublinhar, ainda, que o crescimento do município de Paranacity, seja do ponto de vista industrial ou populacional, já justifica que essa cidade esteja garantida por um Posto do Corpo de Bombeiros, de modo a proporcionar maior segurança e qualidade de vida para os seus munícipes.

INDICAÇÃO Nº 222/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e a Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Maristela, no município de Alto Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta na Escola Estadual Maristela, no município de Alto Paraná, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Paraná, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem na Escola Estadual Maristela referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governador do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Maristela.

INDICAÇÃO Nº 223/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra

coberta na Escola Estadual Ivaitinga, no município de Nova Esperança.

Sr Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta na Escola Estadual Ivaitinga, no município de Nova Esperança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Esperança tem na Escola Estadual Ivaitinga referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Ivaitinga.

INDICAÇÃO Nº 224/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Padre Anchieta, no município de São Pedro do Paraná.

Sr Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Padre José de Anchieta, no município de São Pedro do Paraná, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de São Pedro do Paraná tem no Colégio Estadual Padre José de Anchieta referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da

Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no colégio Estadual Padre José de Anchieta.

INDICAÇÃO Nº 225/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de São Pedro do Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de São Pedro do Paraná de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de São Pedro do Paraná tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, São Pedro do Paraná tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de São Pedro do Paraná possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 226/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de São João do Caiuá.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de São João do Caiuá de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de São João do Caiuá tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, São João do Caiuá tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de São João do Caiuá possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 227/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Santo Antônio do Caiuá.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Santo Antônio do Caiuá de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Santo Antônio do Caiuá tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Santo Antônio do Caiuá tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Santo Antônio do Caiuá possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 228/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Santa Cruz do Monte Castelo de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Cruz do Monte Castelo tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Santa Cruz do Monte Castelo tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Santa Cruz do Monte Castelo possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 229/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Transportes a recuperação de rodovias que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Transportes:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Transportes a recuperação e pavimentação asfáltica do trecho da rodovia PR-561, que liga o município de Paranavaí ao município de Nova Aliança do Ivaí.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é via por onde transitam ônibus escolares e por meio das quais se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, por-

tanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação desse trecho terá para essa região. Com efeito, recuperada, essa via gerará ganhos não só de produção - porquanto é sabido que a má conservação das vias é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões - mas também implicará em mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes dessas regiões.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao jornalista Fernando Parracho, pela condução firme e competente do último debate realizado pela Rede Paranaense de Comunicação, com os candidatos à Prefeito em Ponta Grossa, realizado em 02/10/08.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser encaminhada à Rede Paranaense de Comunicação.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Campo Mourão pela comemoração, no próximo dia 10/10/08, do seu 61º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Nelson José Tureck, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Moacir Ciulla Porciúncula bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No transcurso da significativa data da comemoração do 61º aniversário do município de Campo Mourão, queremos nos associar às justas manifestações de júbilo de toda a população augurando prosperidade e muito sucesso.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo, é que o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

Com todo o respeito que a população de Campo Mourão é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos efusivos cumprimentos pela comemoração da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 2480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Arcebispo Metropolitano de Londrina, Dom Orlando Brandes. Desde 23/07/06, Londrina tem o privilégio de ter como seu Arcebispo o catarinense Dom Orlando Brandes. Quarto arcebispo de Londrina. Em 72 anos de vida, Londrina teve como Arcebispos Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo Majella Agnelo, Dom Albano Cavallin e, agora, Dom Orlando Brandes. Em pouco tempo à frente da Igreja de Londrina, Dom Orlando consolidou uma liderança ecumênica; revelou-se um evangelizador perfeito, colocando seu dom de comunicador a serviço do bem e de nossa comunidade.

Muito trabalho e disposição; muita simpatia e carisma; muita sabedoria e entusiasmo definem nosso Arcebispo, Dom Orlando Brandes. Com seu sorriso cativante, Dom Orlando vem empreendendo uma importante missão pastoral, levando alegria e esperança a todos os que têm o privilégio de ouvi-lo. D. Orlando encontrou no amor, na prática do bem e na dedicação a seus semelhantes, a forma de expressar os seus talentos. Como líder maior, nunca perde a oportunidade para levar a palavra de Deus e a esperança ao povo londrinense.

Por seu trabalho pastoral, verdadeiramente voltado para a evangelização e propagação da palavra de Deus, por sua preocupação e entrega total em defesa do completo bem-estar do povo londrinense, louvamos, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, a vida e a permanência de Dom Orlando Brandes entre nós, paranaenses, e especialmente londrinenses. Dom Orlando tem se revelado um verdadeiro discípulo de Cristo e missionário, não apenas com a palavra, mas com a própria vida e testemunho. Quero referir-me, Srs. Parlamentares, à atitude de Dom Orlando, de respeito pelo próximo, em todo o processo eleitoral que vivemos em Londrina.

Dom Orlando não permitiu posturas partidárias nos templos e nem durante as celebrações litúrgicas. Com isso, assegura o respeito pelo direito e opinião alheias, não apenas de uma facção, mas de todos os fiéis da Igreja que comanda. Sem interferência, assegura que cada fiel

exerça a sua obrigação de cidadania, com liberdade e responsabilidade.

Com muita espiritualidade e com o propósito de não prejudicar e de não agredir ninguém, D. Orlando deixou claro que os sacerdotes devem ser um sinal de unidade em suas paróquias. Com Dom Orlando, os Padres são chamados a destruir muros e a construir pontes, em defesa de um mundo de fraternidade e de paz. Tendo como modelo a pessoa do Monsenhor Bernard Gaffá, grande Pastor e benfeitor, o amigo de todas as horas, o grande missionário evangelizador de Londrina, artífice da realização de inúmeras obras religiosas e sociais, presença marcante e constante em todos os episcopados da história da Igreja de Londrina, queremos, com muito respeito, louvar o trabalho de todos os sacerdotes e religiosos que acompanham e formam a família de Dom Orlando, pela dedicação, amor e perseverança com que exercem a árdua missão de sacerdotes e evangelizadores. Queremos, portanto, congratularmo-nos com Dom Orlando pelo entusiasmo e sentido que dá ao seu episcopado, pelo carinho para com o povo londrinense. Como diz em seu lema, "Somos todos operários de Deus". E como fiel operário de Deus, seguimos nossa caminhada, com muita perseverança e vocação para servir aos nossos semelhantes, tendo em Dom Orlando o exemplo e a motivação para executar e empenhar, cada vez mais, nossa opção pelos pobres; uma opção intrépida e duradoura, capaz de nos conferir felicidade, paz interior, realização pessoal e sentido à vida. Dom Orlando Brandes, mensageiro do bem, da alegria e da esperança. Seja sempre abençoado e iluminado.

Requeiro que o aplauso e o reconhecimento público desta Assembléia Legislativa seja comunicada à S. Exa. Revmo. Dom Orlando Brandes, com votos de sucesso permanente.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem de seus 96 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Coronel Jorge Luiz Thaís Martins, Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, para que receba e transmita à todos os comandados o respeito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em todas as épocas e em todos os tempos o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná incumbiu serviços inesquecíveis à população paranaense.

Pode-se afirmar que o Corpo de Bombeiros é a *alma mater* do Paraná. Nele se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, trabalho, ordem e disciplina. O nosso Corpo de Bombeiros é uma escola de abnegação e civismo.

Glória seja, pois o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná pela passagem de seus 96 anos.

REQUERIMENTO Nº 2491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a Associação Paranaense de ex-Bolsistas Brasil-Japão - APAEX, pela realização do Seminário do Litoral sobre o Meio Ambiente.

Nesse seminário foi discutido em especial, o litoral paranaense, demonstrando o interesse da APAEX pela conservação do Meio Ambiente no litoral, principalmente no que se refere à preservação da Mata Atlântica.

O professor Paulo Yamamoto, Presidente da APAEX, fez um resumo das decisões durante a reunião feita com o Almoço da Primavera, realizado no dia 28 de setembro na Chácara dos Kotaka em Morretes.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Forte Netto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando providências urgentes para a recuperação e fiscalização do trecho da rodovia municipal que liga Dois Vizinhos a São Francisco Bandeira. Esse trecho, apesar de ter recebido trabalho recente para sua recuperação, encontra-se em péssimo estado, com pedras irregulares ocasionando prejuízo a comunidade que por ali trafega.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 2479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a liberação de recursos aos municípios através do Paraná Urbano. Tendo-se em conta que uma das exigências para a liberação dos recursos do Paraná Urbano

foi a apresentação do Plano Diretor dos Municípios, questiona-se:

- Quais os municípios que apresentaram o referido Plano Diretor?
- Quais as empresas que elaboraram o Plano Diretor apresentado por cada um dos municípios?
- Qual o custo e quem efetuou o pagamento pela elaboração dos Planos Diretores dos Municípios?
- Houve licitação em todos?
- Anexar cópia de toda a documentação referente ao assunto em tela.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 395/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação, durante os meses de fevereiro e março de cada ano, realizar nas escolas públicas estaduais, a Caravana da Cidadania, para possibilitar ao conjunto dos estudantes a confecção de carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, identificação sanguínea e identidade estudantil e cadastros nos programas desenvolvidos pelo poder público e nos bancos de empregos.

Art. 2º A Caravana da Cidadania poderá ser realizada em parceria com os demais órgãos do poder público relacionados ao Programa, Ministério do Trabalho, Justiça Eleitoral, iniciativa privada e entidades do movimento estudantil (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; União Estadual dos Estudantes do Paraná - UEE-PR.)

Art. 3º Durante as visitas nas escolas, as equipes do Programa poderão desenvolver ciclos de debates e atividades culturais relacionados com temas voltados para a juventude (orientação sexual; prevenção ao uso indevido de drogas; incentivo à doação de sangue; etc.).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir o Programa Caravana da Cidadania nas Escolas Públicas do Estado.

Objetiva este projeto de lei promover a cidadania plena dos estudantes das escolas públicas do estado, possibilitando seu acesso a documentos básicos como carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, carteira estudantil.

O referido programa contribuirá para que nossas escolas públicas tenham melhor qualidade de ensino e um bom relacionamento entre a comunidade escolar e a comunidade externa.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 396/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado a construção de ginásios poliesportivos específicos para a prática do paradesporto e lazer de pessoas portadoras de deficiência no âmbito do estado do Paraná.

Art. 2º Deverá ser construído, ao menos, um ginásio poliesportivo em cada município do estado do Paraná.

Art. 3º Os ginásios deverão conter todos os equipamentos de segurança e normas técnicas de acessibilidade da ABNT e Decreto 5296, de 02/12/04.

Art. 4º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de Programas do Governo, que vislumbrem uma qualidade de vida melhor para as pessoas portadoras de deficiência de nosso estado.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a construção de ginásios poliesportivos específicos para o paradesporto e lazer de pessoas portadoras de deficiência no âmbito do estado do Paraná.

Primeiramente, cumpre salientar que este projeto de lei em nada fere a competência constitucional, uma vez que a própria Carta Magna determina que o estado também é competente para legislar sobre questões relativas à integração social das pessoas portadoras de deficiência. A Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso XVI, é clara ao afirmar:

Art. 24. Compete à união, aos estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Tenho a certeza, que com a aprovação deste projeto, nosso estado poderá descobrir, preparar e despontar diversos atletas que representam nosso estado e nosso país no exterior e impulsionará a integração e acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência em nossa sociedade.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 397/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica considerado patrimônio cultural e esportivo do estado do Paraná, para fins de tombamento de natureza material, o clube de futebol Clube Atlético Paranaense.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Clube Atlético Paranaense completou, em 2008, 84 anos de fundação. Foi fundado em 26/03/24 a partir da fusão do Internacional Futebol Clube e América Futebol Clube do Paraná.

Conhecido como Furacão, é o campeão brasileiro de 2001 e vice da Copa Libertadores em 2005. O Atlético é o dono do estádio Arena da Baixada, oficialmente Estádio Joaquim Américo, considerado um dos mais modernos da América Latina, além também de possuir o CT do Caju, um dos mais modernos Centros de Treinamento do Brasil.

História:

No ano de 1912, em 22 de maio, Joaquim Américo Guimarães, neto do Visconde de Nacar, um grande desportista, reuniu um grupo de amigos e resolveu fundar um clube de futebol. Deram o nome de Internacional Foot-Ball Club, e teria as cores preta e branca no seu uniforme. Dentre os fundadores destacavam-se Agostinho Ermelino de Leão Júnior. Hugo Mader, Nestor Arouca, Ernest Siegel e Ernesto Dobler, membros da primeira diretoria eleita. Para capitão da equipe foi aclamado Edgar Torres e para 2º capitão Luiz de Paiva. Logo a agremiação conseguiu muitos associados. Aos domingos, num terreno alugado que pertencia à família Hauer, na baixada da Água Verde, os jovens faziam torneios, reunindo até 9 equipes. Assim, o futebol cresceu dentro do Internacional. Uma dessas equipes, em 24/05/14, resolveu também se tornar independente. Tendo como Presidente o Cap. Augusto do Rego Barros, surgia o América Futebol Clube, utilizando as cores vermelha e branca no uniforme. Em 21/03/24, os Diretores do Internacional e do América reuniram-se para discutir uma fusão dos dois clubes, assunto que vinha sendo comentado há mais de um ano. Depois de muita conversa, resolveram se unir e, assim surgiu o Clube Atlético Paranaense.

Com a união de forças, o Clube Atlético Paranaense tornou-se uma equipe reforçada e pôde fazer frente aos mais temíveis esquadrões existentes, como o Britânia, o Savóia, o Palestra Itália e o Coritiba. Realizando uma campanha brilhante, o Atlético conquistava seu primeiro título de campeão paranaense em 1925. Após ser vice-campeão por três anos seguidos (1926, 1927 e

1928), o Atlético voltou a vestir a faixa de campeão em 1929.

Surgia o Furacão.

Em 1949, o Atlético foi um Furacão que passou pelos campos do Paraná. Arrasou todos os adversários com placares acima de quatro gols. As manchetes dos jornais só falavam do furacão rubro-negro que liquidava as equipes adversárias sempre com goleadas, ganhou 11 partidas seguidas (recorde quebrado apenas 49 anos depois), tornando-se campeão paranaense de 1949.

Depois de conquistar facilmente o campeonato paranaense de 1949, veio a era dos jejuns (1950-1981). O Atlético Paranaense despencou terrivelmente, no início do ano de 1950, que acabou apenas em 1982, período que o torcedor atleticano quer esquecer. No total, o Atlético só conquistou dois títulos nesse período: Paranaense de 1958 e de 1970. Mas, o pior estava por vir, em 1967 a situação financeira do clube despencou, e com uma campanha de somente 3 vitórias, 11 empates e 14 derrotas, o Atlético/PR foi rebaixado para a segunda divisão do paranaense de 1967. Surge então, Jofre Cabral e Silva, que conseguiu tirar o time da segunda divisão e deu ânimo para os jogadores rubro-negros, que voltaram com tudo no paranaense de 1968. Mas ele acabou morrendo devido a um infarto, durante uma partida do clube. Foi dele a famosa frase, pouco antes de falecer: “Nunca deixe o meu atlétrico morrer”. Com o moral baixo, o Atlético não conseguiu vencer o paranaense daquele ano. Em 1970, o Atlético contratou Djalma Santos, campeão mundial pelo Brasil em 1962 e conquistou o título de campeonato paranaense do mesmo ano. Depois, o Atlético voltou a pifar novamente, sem conquistar um título até 1982, quando ingressaram na equipe os jogadores Washington e Assis, até hoje ídolos da torcida atleticana. Assim, o rubro-negro paranaense nunca mais até hoje passou por outro desses jejuns.

Em 1995 depois de perder de 5 a 1 para seu rival (Coritiba), assumiu uma nova diretoria, onde lançaram o Atlético Total um novo projeto estratégico do clube, dando início à era da revolução. O Atlético voltou à série A em 1996, ficando como 8º colocado. Em 1997, o antigo Estádio Joaquim Américo foi derrubado para a construção do estádio considerado como o mais moderno da América Latina. Em 2004 foi firmada uma parceria com a empresa fabricante de aparelhos celulares coreana Kyocera, renomeando o estádio para Kyocera Arena. Em 2005, após 10 anos de contenda judicial, o Atlético firmou acordo assumindo definitivamente o direito de uso do terreno vizinho (que é sua propriedade desde os anos 90). O Atlético foi o primeiro clube paranaense a participar do Torneio Roberto Gomes Pedrosa, atual Campeonato Brasileiro. Em 2001, o Atlético Paranaense vence seu primeiro Campeonato Brasileiro (final contra o São Caetano) e em 2004 foi vice, com o artilheiro Washington marcando um recorde histórico de 34 gols numa única edição do Campeonato Brasileiro. Ainda em 2001, o grande nome dos jogos foi o artilheiro Alex Mineiro.

Recentemente, um episódio inusitado entrou para a história do futebol nacional. Classificado, à final da Libertadores de 2005, o clube não pôde fazer o 1º jogo da decisão em seu estádio, que mesmo sendo considerado como o mais moderno da América Latina, não possui a capacidade mínima de 40 mil lugares exigida pelo regulamento, problema este que será suprido após a finalização da Kyocera Arena. O Atlético participou de três Copas Libertadores da América, em 2000, 2002 e 2005, sendo o primeiro time paranaense a passar para a fase final da competição. Na Copa Sulamericana de 2006 o Atlético Paranaense também fez uma boa campanha, passando pelo Paraná Clube, River Plate e Nacional do Uruguai, chegando à semifinal do torneio, sendo eliminado pelo Patchuca.

Em 2008, o Clube Atlético Paranaense quebrou o recorde de vitórias seguidas do Furacão de 1949, ganhou 13 partidas seguidas, perdendo, porém para o Coritiba na final.

PROJETO DE LEI Nº 398/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescentado ao parágrafo 1º do artigo 42 da Lei nº 12398/98 o seguinte teor:

“Art. 42 - São dependentes do segurado:

I - O cônjuge ou convivente, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável. Equiparando-se à condição de convivente, os parceiros do mesmo sexo, que mantenham relacionamento de união estável, aplicando-se para tal, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de diferentes sexos.”

Art. 2º Fica garantida aos servidores públicos estaduais para fins de benefícios previdenciários, a averbação da condição de parceiros do mesmo sexo, junto à autoridade competente, com o objetivo de assegurar os direitos e evitar o desamparo e a discriminação em virtude da orientação sexual.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa assegurar os direitos, impedir injustiças e o desamparo dos parceiros civis do mesmo sexo, e as discriminações em virtude da orientação sexual.

Embora o artigo 42 preveja como dependentes do segurado o cônjuge ou convivente, fundamentamos a necessidade do acréscimo ao inciso I com o Parecer nº 004714, da Diretoria Jurídica do ParanaPrevidência, quanto à solicitação (Deferida) da servidora Josi Barrei-

ros Kowalski, propondo, na qualidade de instituenda, sua companheira Laudete Aparecida dos Santos.

De acordo com o parecer da Diretoria Jurídica,

“O protocolo em epígrafe (nº 5585114-0/03) versa sobre o pedido de instituição de companheira para figurar como dependente obrigatória da servidora Josi Barreiros Kowalski.

A matéria em análise encontra-se regulamentada pelo artigo 42, inciso I da Lei/PR nº 12398/98, a qual dispõe:

“Art. 42 - São dependentes do segurado:

I - o cônjuge ou convivente na constância, do casamento ou da união estável;”

Pois bem, cumpre-se verificar se há o atendimento, por parte da servidora e de sua companheira, dos pressupostos estabelecidos no inciso 3º do artigo 42 da Lei/PR nº 12398/98, quais sejam: a coabitação em regime marital, mediante residência sob o mesmo teto, por prazo não inferior a 02 (dois) anos.

No presente caso, a relação de companheirismo se concretiza pelas declarações inclusas em que a servidora admite a convivência e que vem corroboradas por outros documentos juntados, como a declaração de terceiros do reconhecimento da relação de companheirismo, bem como os comprovantes de residência por mais de dois anos, destacando-se ainda o termo de compromisso de compra e venda de um terreno nominal a ambas.

Assim, antes de adentrarmos no mérito da questão, façamos em breve estudo da matéria em apreço... Como bem aferiu a ex-Deputada Marta Suplicy na justificativa do seu projeto, *se todos tem direito à felicidade, não há por que negar ou desconhecer que muitas pessoas só serão felizes relacionando-se afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Valores e normas sócias são modificados, reconstruídos e alterados de acordo com as transformações da própria sociedade.*

Apesar disto, e como é amplamente sabido e repetido, o eventual e futuro reconhecido dessas uniões como entidades familiares, deverá certamente percorrer ainda um caminho árduo e preconceituoso, cujo sucesso não será objeto, hoje, de um prévio diagnóstico.

Enquanto a lei não acompanha a evolução dos usos e costumes, as mudanças de mentalidade, a evolução de conceito de moralidade, ninguém, muito menos os aplicadores do direito, podem, em nome de uma postura preconceituosa ou discriminatória, fechar os olhos a essa nova realidade e se tornar fonte de grandes injustiças.

Um pouco mais longe vai a conceituada magistrada sul-rio-grandense Maria Berenice Dias, em sua obra: União Homossexual, o Preconceito, a Justiça.

A autora, após criticar a falta de elaboração legislativa e conservadorismo judicial, afirma que: *não assegurar qualquer garantia nem outorgar quaisquer direitos às uniões homoeróticas infringe o princípio da igualdade e revela discriminação sexual.* Daí, preconiza a aplicação das mesmas regras que regem as relações heterossexuais, pois entende que: *mais do que uma sociedade de fato,*

trata-se de uma sociedade de afeto, o mesmo liame que enlaça parceiros heterossexuais. (Dias, Maria Berenice, União Homossexual, o Preconceito, a Justiça. Porto Alegre: Livro do Advogado, 2000, pág. 77, 147).

Entretanto, poucas tem sido as decisões judiciais que acabam por extrair consequências jurídicas dessas relações, mostrando-se ainda um tema permeado de preconceitos. Mas é preciso que se reconheça que em nada diferencia a convivência homossexual da união estável. Ainda que haja restrição em nível constitucional, imperioso que, por meio de uma interpretação analógica, se passe a aplicar o mesmo regramento legal, pois é inquestionável que se trata de um relacionamento, que resta por se constituir como uma unidade familiar.

A nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto se pode deixar de conferir o status de família, merecedora da proteção do estado, pois a Constituição Federal, no inciso III do artigo 1º consagra, em norma pétrea, o respeito à dignidade humana.

Não se pode, fundado em mero preconceito religioso, moral ou filosófico, negar respeito à dignidade de pessoas que, por nutrirem preferência pelo mesmo sexo, se juntam a uma espécie de sociedade civil, baseada em laços de afeição ou interesse comum, que ao longo de anos se respeitaram e dividem um mesmo teto, apenas porque são diferentes! Ou não se enquadram no nosso padrão moral ou cultural.

Desconhecer e desrespeitar os efeitos dessas uniões civis é no mínimo negar validade ao princípio do respeito à dignidade da pessoa humana, o que o texto maior, da nossa Constituição Federal em seus artigos 1º, 3º e 5º não tolera.

No tocante à matéria previdenciária, a jurisprudência pátria já tem se consolidado no sentido de que é possível a abrangência de dependente do mesmo sexo no conceito previsto no artigo 226, inciso 3º, Constituição Federal, frente à Previdência Social, para o homossexual que comprovadamente vive em dependência de outro.

Vejamos:

Pensão Estatutária - morte de companheiro homossexual servidor público federal - carência da ação - impossibilidade jurídica do pedido - inexistência - integração por analogia - vedação legal - inocorrência - reconhecimento do direito no regime geral da previdência - princípio da igualdade e da liberdade individual - proibição constitucional de distinção em razão do sexo - comprovação de dependência econômica e vida em comum - deferimento - A inexistência de forma que regule situação fática socialmente reconhecida, mas que não encontra previsão legal no ordenamento, não se faz bastante para a extinção do processo por impossibilidade jurídica do pedido, que, apenas, se caracterizaria na hipótese de expressa vedação jurídica da legislação ao deferimento da pretensão do litigante. É reconhecido pela doutrina o fato de que os ordenamentos jurídicos apresentam lacunas, que se tornam mais evidentes nos dias atuais, em virtude do descompasso entre atividade legislativa e o célebre processo de transfor-

mações por que passa a sociedade, de modo que cabe ao Juiz, diante de controvérsias às quais falte a norma específica que se lhes aplique, buscar a integração entre direito e realidade, amparando-se nos princípios gerais do direito, e mormente, como é o caso, fazendo uso de método da analogia, evitando, assim, o non liquet. A legislação previdenciária aplicável aos servidores públicos, regida pela Lei 8112/90, prevê a concessão de pensão por morte ao cônjuge, companheiro do de cujus, sem qualquer vedação expressa a que estes sejam do mesmo sexo. O artigo 226, inciso 3º, da Constituição Federal, esgrimido pela autarquia apelante como norma proibitiva ao reconhecimento de direito à pensão em comento, cuida especificamente da família e das relações de casamento, não visando a regular a matéria previdenciária que é tratada em capítulo próprio da Lex Mater. A Constituição Federal erigiu o princípio da igualdade com postulado fundamental, com aplicação específica em relação à proteção referente as discriminações quanto ao gênero, consoante o disposto nos artigos 3º, IV, 5º e 7º, XXX, todos da Constituição Federal, sendo, por isso, vedadas distinções de qualquer natureza, em razão da opção sexual do indivíduo. O reconhecimento do direito à pensão previdenciária para companheiro(a) de homossexual, no RGPS, consubstanciado na in 25, de 07/07/00, editada pelo INSS, pode ser utilizada, por analogia, para a concessão de tal benefício aos servidores públicos federais, em homenagem ao princípio da isonomia. Exaustivamente comprovada pelo promovente, inclusive através da prova documental, a sua dependência econômica em relação ao de cujus, consequência direta do desfazimento da atividade comercial própria, em face ao projeto de vida em comum, também cabalmente demonstrado. Preenchidas pelo autor, diversas das exigências constantes da Instrução Normativa supra mencionada. E sendo-lhe vedado materializar os demais itens, por obstrução do próprio poder público, que não admitiria a sua inscrição como dependente do de cujus, para efeitos fiscais e de dependência econômica, na ficha cadastral do órgão patronal, é de ser concedido o direito à pensão requerida. A implantação do benefício deve ser retroativa à data do óbito, nos termos do artigo 215, da 18112/90, sendo mantidos os juros de mora à taxa de 0,5% (meio por cento), a partir da citação, e os honorários em 10% (dez por cento), do valor da condenação. (TRF 5º R. - AC 238.8842 - RN - 1ª T. - Relª. Desª. Fed. Margarida Cantarelli - DJU 13/03/02) (ST 155/110) (Grifos nossos).

Pensão por morte - concessão - companheiro - união homossexual - realidade fática - transformações sociais - evoluções do direito - princípios constitucionais de igualdade - artigos 3º, IV e 5º - dependência econômica presumida - correção monetária - juros de mora - honorários advocatícios - A realidade social atual revela a existência de pessoas do mesmo sexo convivendo na condição de companheiros, como se casados fossem. O vácuo normativo não pode ser considerado obstáculo intransponível para o reconhecimento de uma relação jurídica emergente de fato público e notório. O princí-

pio da igualdade consagrado na Constituição Federal de 1988, inscrito nos artigos 3º, IV, e 5º, aboliram definitivamente qualquer forma de discriminação. A evolução do direito deve acompanhar as transformações sociais, a partir de casos concretos que configurem novas realidades nas relações interpessoais. A dependência econômica do companheiro é presumida, nos termos do inciso 4º do artigo da Lei nº 8213/91. Estando comprovada a qualidade de segurado do de cujus na data do óbito, bem como a condição de dependente do autor, tem este o direito ao benefício de pensão por morte, o qual é devido deste a data do ajuizamento da ação, uma vez que o óbito ocorreu na data da vigência da Lei nº 9528/97. As parcelas vencidas deverão ser corrigidas monetariamente desde quando devidas, pelo IGP-DI (Medida Provisória nº 1415/96). Juros de mora de 6% ao ano, a contar da citação. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, nesta compreendidas as parcelas vencidas até a execução do julgado. Apelações providas. (TRF 4ª R. - AC 2000.04.01.073643-8 - RC 6ª T. - Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu - DJU 10/01/01 - p. 373) (Grifos nossos).

Ora, é inadmissível o estado deixar sem qualquer proteção os parceiros deste tipo de união, especialmente no campo do auxílio previdenciário e partilha dos bens amealhados em sua constância.

Ademais, o artigo 42, inciso I da Lei 12398/998, já transcrito, não diferencia a convivência homossexual da união estável, e em momento algum, traz qualquer tipo de discriminação quanto à opção sexual do servidor.

Desta forma, com base nas razões acima aduzidas, opinamos pelo deferimento do pedido, devendo-se proceder à instituição da Sra. Laudete Aparecida dos Santos como dependente obrigatória da servidora Josi Barreiros Kowalski.

É o parecer.

DJ/ParanaPrevidência. Em outubro de 2003.

A união estável entre pessoas do mesmo sexo, independente de se tratar de direito previdenciário, embora os funcionários públicos do Paraná sejam regidos por regime privado, antes de mais nada, são direitos assegurados nos preceitos sagrados do direito de família.

Pelo exposto, assegurar estes direitos é, sobretudo, reconhecer a responsabilidade que um ser humano tem com o outro, através dos princípios de igualdade, liberdade e dignidade, razão pela qual apresentamos este projeto de lei, para o qual pedimos o apoio dos demais membros desta Casa.

CITAÇÃO PARA BASE LEGISLATIVA
QUANTO ÀS CONTROVÉRSIAS JÁ HAVIDAS EM
RELAÇÃO A MATÉRIA EM QUESTÃO

Acima dos direitos sexuais está a Bíblia?

**Resposta de segmentos conservadores
à diversidade sexual**

Marcelo Natividade¹

O desafio de compreensão das relações entre religião e diversidade sexual vem sendo enfrentado no campo dos estudos antropológicos há algumas décadas. Em fins dos anos 1930, a antropóloga americana Rute Landes escreveu A cidade das mulheres a partir de sua experiência etnográfica nos terreiros de candomblé da Bahia. A discussão da autora sobre matriarcado cultural e homossexualidade masculina possibilitou que seu texto fosse visto como um documento sobre a visibilidade e presença da diversidade sexual nas religiões de matriz africana. Essa maior flexibilidade doutrinária e cosmológica foi objeto de outros estudos antropológicos, nos quais a presença de homossexuais em cultos afro-brasileiros contrastava com a propalada repressão do cristianismo (Fry, 1982; Birmam, 1995; Segato, 1985; Silva e Lody, 2002).

A pluralização de estilos de vida no país, o surgimento de novos modelos familiares e a maior participação das mulheres no espaço público são concomitantes ao crescimento de demandas na sociedade civil - principalmente àquelas provenientes do movimento feminista, da luta contra a AIDS no país e da batalha por reconhecimento dos homossexuais no campo dos direitos, apontando uma complexificação desse cenário cultural. Essas transformações sociais ensejam a necessidade de compreensão de como diferentes correntes religiosas lidam com o tema da diversidade na contemporaneidade. Partindo desta preocupação, este artigo focaliza certas formas de atuação de segmentos cristãos na esfera pública, identificando uma persistência da rejeição social dessa população. As recentes conferências regionais de políticas públicas para pessoas GLBT em São Paulo e no Rio de Janeiro tiveram participação de segmentos progressistas dessa vertente, em especial líderes de igrejas e grupos inclusivos, liderados por homossexuais. Eles endossam a luta contra a homofobia, participando das discussões que antecedem a Conferência Nacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas, em junho de 2008.

Apesar disso, as relações entre direitos GLBT e religiões cristãs vêm se constituindo historicamente como uma relação de oposição. Agentes religiosos ostentam não apenas posicionamentos contrários ao reconhecimento e à visibilidade das minorias sexuais, como empregam estratégias para emperrar a discussão de projetos que se encontram em tramitação. Este foi o caso da pensão gay e vem sendo o caso do Projeto de Lei nº 122, popularmente conhecido como proposta de criminalização de homofobia, que tramita no Senado e enfrenta forte oposição religiosa.

Proposições de leis e diversidade sexual

O projeto entre o público e o privado a influência dos valores religiosos na tramitação de projetos de lei no Brasil monitorou a trajetória de propostas relativas à

1. Doutorando em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFFCS)

diversidade sexual nas Assembléias Legislativas do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro e também na Câmara Federal. Como parte dos resultados de uma investigação mais ampla, que abarcou também os eixos temáticos aborto e eutanásia, observou-se que Parlamentares ligados a grupos e entidades religiosas tentam obstruir a conquista de direitos pelas minorias sexuais". As chamadas bancadas religiosas atuam de maneira organizada e com poucos dissensos quando o assunto é orientação sexual.

Uma ampla gama de projetos e proposição encontra forte resistência em ações motivadas por valores religiosos. Pareceres, pedidos de emendas e outros procedimentos técnicos são empregados para retirar essas propostas da pauta. Ações e reações ocorrem ainda através de requerimentos de informação, homenagens, proposições de novas leis. Não são poucas as ações religiosas que solicitam ao Ministério da Saúde informação sobre o patrocínio às Paradas GLBT e políticas públicas voltadas aos homossexuais. Confrontando a visibilidade das minorias sexuais, uma proposta buscava tornar contravenção penal o beijo lascivo entre pessoas do mesmo sexo em público. A pesquisa identificou a incidência de quatro projetos de lei que apoiavam iniciativas religiosas engajadas em trabalhos de reversão da homossexualidade à heterossexualidade. Apesar de pluralidade de ações, observou-se que algumas demandas originaram controvérsias no espaço público, como foi o caso da aprovação da pensão gay, na ALERJ, e da proposta de criminalização da homofobia, aprovada na Câmara Federal e agora tramitando no Senado. Estes dois exemplos desvelam a amplitude e a complexidade dos enfrentamentos, obstruções e estratégias empregadas por sujeitos engajados na oposição aos direitos das pessoas GLBT.

Pensão gay: Velhos e novos argumentos contra a união civil

Entre os anos de 1999 e 2007, tramitaram na ALERJ diversas propostas que objetivaram alterar a legislação previdenciária vigente, equiparando os(a) parceiros(as) do mesmo sexo à condição de companheiro(a). A trajetória do Projeto de Lei nº 2385/01, apresentado pelos Deputados Carlos Minc e Sérgio Cabral Filho, mostra como a resistência a esta demanda ocorreu por meio de proposição de emendas, vetos no Poder Executivo e ações no Poder Judiciário.

As primeiras medidas foram de autoria dos Deputados Carlos Dias e José Divino (ligados às bancadas religiosas) através de emendas que suprimiam trechos do projeto. O argumento sobre a inconstitucionalidade da proposta encobria motivações religiosas. Esta nova controvérsia implicava o não reconhecimento da legitimidade das relações entre pessoas do mesmo sexo. Apesar da aprovação, o veto total do então Governador Anthony Garotinho (cuja identidade religiosa era pública), em 07/01/02, impede a aplicação da lei. Após nova discussão e votação para analisar a ação do Governador do Estado,

o veto foi derrubado e o Projeto de Lei nº 2385/01 originou a Lei nº 3786/02. No período, reportagens noticiaram, que o estado do Rio de Janeiro aprovava a lei da pensão gay, sendo esta uma grande vitória do movimento homossexual (O Globo, 21/03/02).

Em seguida, uma ação judicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, protagonizada por Carlos Dias, é responsável pela suspensão dessa lei. O acontecimento é representativo da atuação de religiosos em outros cenários que não o Legislativo e o Executivo, sendo o Poder Judiciário também alvo de investimentos. Em 2003, a Governadora do Estado, Rosinha Garotinho, enviou texto a ALERJ (Projeto de Lei nº 666/03), retirando os benefícios garantidos pela Lei nº 3786/02. Diante desta ação, Deputados do Partido dos Trabalhadores apresentaram uma emenda a este projeto de lei buscando recuperar os benefícios previdenciários dos casais homossexuais. O projeto aprovado, resultado de intenso debate entre os Deputados, recebe sanção parcial da Governadora, que veta apenas as emendas que legislam sobre os direitos previdenciários dos casais homossexuais. Uma série de articulações ocorre até que o projeto tenha seu veto derrubado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2003 e 2006, não houve movimento para a regulamentação e aplicação da pensão gay.

Nas últimas eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o tema reapareceu na cena pública. Após o primeiro turno, os candidatos Denise Frossad e Sérgio Cabral buscaram o apoio público do 3º colocado, Marcelo Crivella. Com expressiva votação em todo o estado, o Senador, segundo informavam os meios de comunicação, condicionou o apoio à candidatura de Sérgio Cabral à retirada de seu projeto que legislava sobre união civil. As matérias veiculadas pela mídia no período mostram as negociações envolvidas nessa disputa eleitoral. Em declaração do Jornal O Globo, Crivella justificou os termos do seu acordo, afirmando que a união civil constituiu um dogma muito importante para católicos e evangélicos, maioria no estado do Rio de Janeiro (O Globo Online, 06/10/06).

O apoio de Crivella suscitou uma rápida reação de diferentes organizações do movimento gay carioca. Percebido como candidato sempre favorável ao tema e as causas GLBTs, Sérgio Cabral surpreendeu ativistas ao tomar tal atitude. As notícias divulgadas pela mídia traziam declarações públicas do político que afirmou não temer a perda de votos da população GLBT por retirar o projeto (Folha de São Paulo, 07/10/06). Apenas deste fato, novas negociações ocorrem, culminando em um acordo firmado entre o candidato e lideranças do movimento gay, na assinatura de carta compromisso com a causa GLBT. Neste documento, o candidato compromete-se, entre outras coisas, com a criação do Programa Rio Sem Homofobia e com a aplicação da Lei nº 3786/02, conhecida como pensão gay para funcionários públicos. A lei, que se encontrava em vigor durante o período

eleitoral, em março de 2007 novamente é considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. No mesmo mês, o Governador Sérgio Cabral envia o Projeto de Lei nº 215/07, que restitui o reconhecimento da união civil pra fins previdenciários aos parceiros do mesmo sexo. Em sua tramitação, mais uma vez, Parlamentares religiosos se articularam contra a medida recorrendo ao argumento de que a proposta feria a Constituição, pois esta estabelece como requisito da união estável a diversidade de sexo dos conviventes. Parlamentares religiosos através de emendas suprimiam artigos, modificavam termos, inseriam incisos para retardar a sua aprovação. Entre as medidas, a emenda proposta por Edno Fonseca, Mário Marques e Flávio Bolsonaro, vinculava o reconhecimento da união civil à constituição de família. Ao considerar a impossibilidade de homossexuais formarem família, a emenda impedia a aplicação da Lei. Desta forma, os Deputados não reconheciam a união civil e demonstravam que em sua visão de mundo a parentabilidade só é possível quando heterossexual. Alvo de intensos debates em plenário, em 15/05/07, o Projeto de Lei nº 215/07 é aprovado, por 45 votos a favor e 15 votos contrários, tornando-se a Lei nº 5034/07, que equipara a condição de companheiro ou companheira parceiros do mesmo sexo para fins previdenciários no funcionalismo público.

A criminalização da homofobia: segmentos conservadores e o repúdio à diversidade sexual.

Na cena pública, o recente debate sobre a criminalização da homofobia, decorrente da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 122/06 no Senado Federal, coloca em evidência que a atuação política contrária aos direitos das populações não-heterossexuais têm ampla capilaridade, mídia religiosa, entidades ligadas a trabalhos de reversão da homossexualidade, Pastores e outros líderes religiosos, juristas e uma ampla gama de especialistas compareceram ao espaço público defendendo a liberdade de crença e expressão e o direito de pregar contra o homossexualismo. No âmbito dessa controvérsia, a lei em questão é referida como mordaza gay, considerada um artifício do movimento homossexual para impor seus interesses, implantar uma ditadura gay e perseguir religiosos. A expansão dos direitos de gays e lésbicas é percebida como violação dos direitos de pessoas normais.

Em outubro de 2007, a Audiência Pública do Senado Federal, convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, foi palco do enfrentamento entre representantes dos direitos humanos e religiosos conservadores. Os primeiros defendiam a aprovação do projeto, alertando contra a influência do fundamentalismo religioso na obstrução dos direitos GLBT. Em contrapartida, Parlamentares e representantes de entidades religiosas sustentaram que acima desses direitos estava a palavra de Deus e a Bíblia.

Recorrentes matérias e artigos publicados pela imprensa religiosa alertam contra os perigos da pro-

posta: o risco de instituições religiosas serem impedidas de afastar ministros homossexuais de seu quadro de membros, a instauração de processos para perseguir religiosos contrários à prática homossexual, o favorecimento da adoção de crianças por gays e lésbicas.

Esse discurso é hegemônico, representando em consenso provisório entre segmentos cristãos. O Pastor Silas Malafaia (Assembléia de Deus), no Programa Vitória em Cristo, exibido na Rede TV, organizou uma campanha de protesto contra a proposta, incitando sua audiência a repudiar o projeto. Da mesma forma têm-se notícias da emergência de uma condenação da lei anti-homofobia em púlpitos e congregações da Igreja Universal do Reino de Deus. A Igreja Metodista do Brasil publicou posicionamento oficial sobre a proposta, no qual afirma o preceito bíblico de que “Deus criou homem e mulher”, sendo esta a única orientação sexual reconhecida pela Igreja. Por este motivo, ela considera inalienável o direito da Igreja de pregar no privado e no público contra a prática homossexual. Grupos interdenominacionais, como a Associação brasileira de apoio aos que desejam voluntariamente deixar a homossexualidade (Abraceh) e a Visão Nacional para a Consciência Cristã, ostentaram forte oposição à aprovação da proposta. Em seus sites, verificamos a existência de uma série de convocatórias para que seus visitantes reagissem àquelas medidas: orações, jejuns e vigílias eram combinados a passeatas, envio de e-mails a Parlamentares e abaixo-assinados. Ao invés de apoiar a legitimação e naturalização da homossexualidade, defendia-se que autoridades públicas deveriam incentivar medidas que promovessem a moral e os bons costumes. Esses discursos sinalizam para a desqualificação da diversidade sexual e caracterizam o homossexualismo - e demais integrantes da população não heterossexual - como indivíduos perigosos, que devem ser objeto de controle e sujeição. O projeto encontra-se em tramitação e os impactos dos valores religiosos sobre eles devem ser objeto de monitoramento. Por ora, é importante observar que articulações têm sido realizadas para o seu entrave, envolvendo a atuação em rede de segmentos e entidades religiosas.

Esta análise possibilitou lançar um foco de luz sobre esta e outras controvérsias apontando uma variedade de estratégias empregadas por segmentos conservadores na obstrução dos direitos das pessoas GLBT. Os impactos do poder religioso na tramitação dessas leis se fazem perceber, sobretudo, por meio da proposição de emendas, pareceres, votos em separado, proposição de projetos, pedidos de encaminhamentos. As tensões enfocadas ultrapassam a esfera da tramitação de um projeto de lei e envolvem a atuação organizada dos movimentos sociais, contextos específicos, como períodos eleitorais e a disposição dos ocupantes de cargos executivos a reconhecer a legitimidade dos direitos das minorias sexuais.

PROJETO DE LEI Nº 399/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Kit Abdala.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Exmo. Sr. Dr. Kit Abdala é nascido em julho de 1929, na cidade de Itaperuçu.

Seu primeiro emprego, aos 16 anos, foi no Instituto Manoel de Abreu (inventor da abreugrafia). Aos 18, contratado pelo Dr. Olavo Fontoura do Instituto Medicamento Fontoura (Biotônico Fontoura), serviu de intérprete para a comercialização da primeira remessa dos sais de penicilina e estreptomicina para o Brasil. Apresentou programas de auditório na Rádio Mayrink e Veiga, em São Paulo. Prestou vestibular para Medicina e, imediatamente, seu primeiro estágio foi com o Dr. Moysés Paciornik.

Após formar-se ganhou bolsa de pós-graduação no Karolinska Institute, em Estocolmo, Suécia. Na volta, a pedido político, assumiu o Hospital de Bocaiúva do Sul - Região Metropolitana de Curitiba, dedicando-se de corpo e alma ao atendimento dos menos favorecidos.

Em março de 1959 mudou-se para Francisco Beltrão - sudoeste paranaense, a pedido do proprietário de uma farmácia local, que havia construído na praça principal da cidade um hospital, mas que não tinha médico. Ali começou a trabalhar de forma intensa, no atendimento de clínica geral, granjeando respeito e amizade de todos os que tinham o privilégio de com ele conviver.

Pouco depois comprou um, Cessna 195. Tirou brevet no Aeroclube do Paraná. Construiu o primeiro hangar do sudoeste do Paraná.

A pedido do Governador Ney Braga, apresentou o então candidato Paulo Pimentel, às lideranças locais.

Presidente do Colégio Internacional de Cirurgiões 1980 a 1988 - Capítulo do Paraná. Consultor Internacional da Universidade Johns Hopkins para os países da Ásia, África, Caribe e América Latina.

Através de projeto conjunto com as Nações Unidas, treinou médicos na Ásia, África, Caribe e América Latina. Membro do Conselho Consultivo da Family Health Internacional por oito anos. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná em 1982.

Foi eleito Governador do Lions em 1969, representando o Brasil na época. Fez a abertura da sala de Hospitalidade Brasileira em Tóquio em seis idiomas. Coordenou as convenções internacionais de Tóquio 1969 e em 1978: Las Vegas, São Francisco, Honolulu e Miami. Fundou 29 clubes de Lions e Distrito L-21 (Norte do

Paraná). Cidadão Honorário de Francisco Beltrão e mais 10 municípios do Paraná.

Recentemente, lançou, nesta Assembléia Legislativa, seu primeiro livro autobiográfico, intitulado "Um Médico Pelos Caminhos do Mundo", no qual narra, de forma simples e divertida, os momentos mais marcantes de sua vida.

Pelos excelentes serviços prestados ao estado do Paraná, o Dr. Kit Abdala tornou-se merecedor do título, cuja propositura ora apresentamos, de Cidadão Benemérito do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Prefeito eleito de São José dos Pinhais, Ivan Rodrigues. Seja bem-vindo a nossa Casa.

De igual maneira cumprimentamos também o Prefeito eleito, nosso companheiro de Cascavel, Deputado Edgar Bueno. Que Deus lhe dê muita saúde e muitas experiências boas. Em nome de todos os seus companheiros, aceite as nossas homenagens.

Pequeno Expediente:

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, ocupo esta tribuna para dizer da satisfação que ocorreu neste pleito no dia 05 de outubro.

Como Deputado, percorrendo nosso estado, muitas cidades que participei com o apoio para companheiros candidatos a Prefeitos e Vereadores, tanto aqui no norte velho como no noroeste do Paraná, foi satisfatória esta eleição.

Então, gostaria de aproveitar esta oportunidade e agradecer a todos os municípios onde tive a oportunidade de participar deste pleito, agradecer aos companheiros candidatos a Prefeitos, Vereadores, cabos eleitorais, enfim, todos os companheiros que contribuíram para esta eleição.

Em especial, gostaria de agradecer aqui o povo da minha cidade, a cidade de Cianorte, onde meu irmão, Prefeito Edno Guimarães, concorreu à reeleição e lá conseguimos fazer quase 64% dos votos. É um motivo de satisfação que acho que não só nós ganhamos, mas o município de Cianorte, o povo de Cianorte, porque o povo realmente demonstrou que meu irmão fez uma excelente administração nestes quatro anos, e 63%, 22 mil eleitores, votaram para que ele continue por mais quatro anos à frente do Poder Executivo daquele município. Isto para mim, como Parlamentar que represento aquela cidade e a nossa região, o nosso querido Paraná, não poderia deixar de usar esta tribuna e agradecer ao

povo, a todos aqueles que contribuíram, diretamente ou indiretamente, para esta eleição.

Por isso quero deixar a minha gratidão ao povo do Paraná que nos recepcionou em suas cidades, em seus municípios, para estarmos levando a nossa mensagem para os eleitores do nosso estado.

Quero agradecer a todos. Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar ainda o clima da eleição para fazer aqui a homenagem ao nosso companheiro que foi eleito em Cascavel, brilhante vitória, e volta ao comando do município de Cascavel.

Ainda sobre as eleições, este pronunciamento é uma homenagem aos bons Pastores das Igrejas, a quem quero prestar esta homenagem muito corajosa que vou fazer aqui, porque tem gente que tem medo de falar a verdade. Vou fazer este pronunciamento que vai sair no Paraná inteiro e vai doer no coração de alguns picaretas da Igreja, mas vai deixar mais fortalecidos aqueles que pregam a fé e aqueles que respeitam a Deus.

Quando começamos nossa campanha em Ponta Grossa, tivemos o cuidado de ir até o Bispo da cidade de Ponta Grossa, Dom Sérgio, aliás uma rica pessoa, para dizer a ele que não gostaríamos de ver a Igreja Católica envolvida no processo da eleição deste ano, como se envolveu em 2000 quando eu fui candidato, quando lá existia um Bispo que hoje está em Brasília, é Arcebispo, e no período da eleição este Bispo se envolveu partidariamente na campanha, criando um transtorno danado. Ao iniciarmos essa campanha fomos ao atual Bispo e dissemos a ele que no período da eleição não iríamos a nenhuma Igreja Católica fazer nenhum tipo de campanha em respeito ao que o Homem lá de cima mandou: Respeitar a Deus! Fomos ao Bispo e dissemos: Dom Sérgio, nesse período não iremos a nenhuma igreja, iremos respeitar as igrejas porque na igreja que não fomos antes da campanha não podemos ir agora só na eleição. E foi o que fizemos. Comunicamos isso também aos Srs. Pastores de que não iríamos às igrejas evangélicas, em respeito também, porque igreja é lugar de fé e não de sacanagem política. Isso nós cumprimos, não fomos a nenhuma igreja durante o período de eleição, nenhuma igreja, nem Católica bem Evangélica, somente na nossa igreja no dia da padroeira do nosso bairro, como todo ano o faço. Não fomos a mais nenhuma!

Mas, no transcorrer dessa eleição, não sei se isso aconteceu em Maringá, Foz do Iguaçu ou em outras cidades, o que se viu de Pastores prostitutos na eleição, essa é a palavra, eu sei que daqui a pouco alguém vai se doer,

mas vou usar aqui as mesmas palavras que Jesus usou, Jesus era um homem santo, ponderado, quando dava confusão ele era o último a dar opinião, deixava tudo acontecer. Quando quiseram jogar pedras na prostituta ele disse; “Jogue pedra quem nunca tiver cometido pecado.” Jesus era ponderado e mesmo assim os homens o crucificaram. Mas Jesus perdeu a paciência uma vez - os senhores que são mais religiosos que eu sabem disso - teve um momento na vida que ele perdeu a paciência, teve um momento que ele se perdeu, sacou de um chicote e meteu o chicote nos mercadores. Jesus fez isso, perdeu a calma, perdeu a serenidade que ele sempre tinha, perdeu aquele dom de perdoar que ele ensinou a todos nós, chegou uma hora que ele, ao entrar no templo, deu de cara com os vendilhões, com os mercadores. Puxou do chicote e passou o chicote em todo mundo. Quebrou tudo e botou todo mundo para correr. Jesus fez isso.

O tempo passou, o tempo foi passando e estamos vendo essa cena se repetir, principalmente em período de eleição. Alguns Pastores, não vou generalizar, porque conheço muitos bons Pastores, que sabem respeitar o seu fiel que está ali no templo, porque dentro do templo dele tem candidatos, tem fiéis do lado A, do lado B, do lado C, tem partidários de vários candidatos. Ele deveria respeitar o dom que ele tem, porque um Pastor é sempre bem preparado. Hoje, nessa linha de Edir Macedo, que é o maior comunicador de todos os tempos, o Silvio Santos é fichinha perto do Edir Macedo, o Silvio Santos é aprendiz perto do Edir Macedo. É aprendiz. O Edir Macedo é professor do Silvio Santos. Por quê? Porque tem o dom de colocar as palavras, é um comunicador que, ao longo dos anos, se aperfeiçoou, se aprofundou, sabe entrar na mente das pessoas, sabe fazer a fé acontecer. Porque na verdade o que cura as pessoas é a fé.

Então, esses Pastores, alguns têm o dom que com a sua força, com a sua comunicação, com o treinamento que eles têm, são treinados, são doutrinados - isso serve também para os Padres, com menos intensidade, mas também - eles são preparados para estudar o que diz a Bíblia e em seguida poder dizer ao irmão que está dentro da igreja, que o caminho dele é o caminho da salvação. Eles são grandes comunicadores. Na verdade, os Pastores são grandes comunicadores, excelentes comunicadores e eles conseguem, na iminência do desespero de muitas pessoas, fazer coisas boas. Sim, eles conseguem, fazer coisas maravilhosas. Tem Pastores que são melhores que médicos. Tem Padres que são melhores do que médicos. Tem pessoas, que trabalham a questão religiosa que são melhores do que médicos, porque eles conseguem colocar na fé das pessoas, eles conseguem mostrar que se ela tiver fé, ela supera até uma doença. Isso estamos vendo todos os dias.

Mas o que se lamenta, Deputado Dobrandino, é que de repente alguns se perdem e, quando aqueles se perdem, eles passam a desacreditar as pessoas levando a política para dentro das igrejas. Levam a política para dentro das igrejas. Colocam lá no altar o cidadão dizendo

que esse é o cara. Esse é o cara. Esse é abençoado. Faz a igreja se levantar, abraçar, aplaudir, beijar, chora, mas por trás, Deputado Pedro Ivo, o povo que paga o dízimo ali todo o mês com sacrifício, não sabe que aquele cidadão está recebendo alguma coisa. Está recebendo, está cobrando. E alguém está pagando. E, geralmente, este dinheiro é podre, é sujo. Ou é do narcotráfico ou é da roubalheira ou é público. Porque é dinheiro podre. É dinheiro que não vem de Deus. E estes elementos, quando fazem isto, quando eles fazem este tipo de pregação dentro das igrejas, passam de salvadores aos capetas. Passam a ser o diabo das igrejas. E o diabo está presente em todos os lugares, para seduzir as pessoas. E alguns destes são os capetas disfarçados de salvadores da pátria.

Sei que alguns estão se doendo, em casa, vendo pela televisão, quem sabe alguém queira me amaldiçoar. Podem ficar à vontade, porque o corpinho aqui não pega nada! Porque é de Deus. Agora, aqui se engana. Mas, quando chega lá em cima, vai ter que prestar contas com o Homem de lá, do que ele fez e o que deixou de fazer aqui.

Então, queria fazer um registro. Porque infelizmente, tem tanta gente boa, mas agora, dentro de um local público, um cidadão que se diz de Deus, fazer pregações. Dentro de um local público, que é do estado, do município, chamar um candidato e pedi o apoio, o que que é isso? É crime eleitoral, primeiro? É crime contra a Constituição Federal deste país e é crime contra o fiel dele, que está ali, que muitos não são só de um lado, é de A, B e C?

Ministério da Agricultura, o cidadão me deu um carro! Ele deu um terreno! Temos que apoiá-lo, porque ele deu um carro para a igreja! Ah, deu um carro para a igreja! Mas, quem deu um carro? Foi o candidato ou foi o bem público?

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Então, quero fazer este registro, até porque acho que existem os bons Pastores, que todos os dias trabalham a fé e ajudam pessoas. Infelizmente, no meio dos bons existem aqueles que vendem a sua alma ao diabo. E que pregam algo que é falso moralismo!

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Nobre Deputado Jocelito Canto, inicialmente quero prestar a solidariedade a V. Exa. e dizer que é incontestável, V. Exa. é um dos maiores líderes populares da história do Paraná. Um eventual resultado na urna que não seja a contento, que não seja o esperado, de maneira nenhuma tira o brilho e o respeito que o Paraná tem a V. Exa., especialmente a região de Ponta Grossa, Campos Gerais, que é a área que V. Exa. concentra o maior esforço parlamentar, no sentido de ajudar os municípios com o auxílio do Governador do Estado do Paraná.

Quero apenas lembrar V. Exa., Deputado Jocelito Canto, que na história do mundo os grandes homens, todos passaram por reveses nas urnas: Abraham Lincoln, Jânio Quadros, Rui Barbosa, José Richa...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Antonio Belinati...

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Eu, Álvaro Dias, o próprio Requião. Eleição, eu acho que o resultado não foi o esperado, é bola para frente, porque V. Exa. é um grande líder e um grande defensor não dos magnatas, mas V. Exa. é o defensor de quem precisa de Vereador, de Deputado, de Prefeito ou de autoridade, que é a camada baixa, a população pobre. Então, o meu respeito e os meus aplausos! Que o Paraná possa continuar contando com esse coração generoso e abençoado de Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Belinati, gostaria de dizer a V. Exa. que a política é um jogo e quando iniciei a minha vida, V. Exa. já estava iniciando na carreira política.

É evidente, que não posso dar conselho nenhum a ninguém, ainda mais a V. Exa. um homem já testado muito mais vezes nas urnas do que eu. E o momento não é por causa de derrota. Acho que é preciso que se faça primeiro um balanço do que ocorre, porque se não falarmos, vamos ver em todos os anos fatos pitorescos acontecerem nas eleições e vamos ficar quietos. Acho que quando o ser humano não fala, ele transforma aquela máxima de calar-se quando deveria protestar, é o que transforma homens em covardes. Posso ter alguns defeitos, mas nunca tive a covardia de não falar o que penso, ainda mais quando estou em um Parlamento que garante o direito e que eu respeitei durante o período eleitoral, porque quase não falei aqui em respeito aos demais candidatos. Mas, é importante que falemos o que aconteceu para que as pessoas saibam o que acontece nos últimos dias de uma eleição.

Queria fazer um parêntese, porque o Pastor Edson chegou aqui, e dizer que tenho no Pastor Edson um dos mais brilhantes Deputados que conheço desta Casa e quando citei Edir Macedo, cito ele até com alegria, porque o acho um dos grandes comunicadores, mais até que Silvio Santos. Porque ele consegue comunicar a palavra de Deus como ninguém e acho tão bonito quando uma Igreja resolve apoiar um membro seu. Acho bonito quando a Igreja pega um membro, seja mesmo um Pastor, e diz: "Olha, você vai representar a nossa Igreja e vai ter o nosso apoio." Isso acho bonito! Acho bonito quando a Igreja se une e pega um membro seu e aposta naquele membro. Acho isso bacana! Acho isso bonito e vejo em V. Exa. Pastor Edson, exatamente isso: o representante de um segmento religioso que lhe apóia e o senhor faz justiça nesta Casa, porque V. Exa. os representa bem.

A Casa é composta por vários segmentos e, V. Exa. vem desse segmento, que eu acho importante. Agora, o que não concordo é com o cara de fora entrar em uma Igreja pela primeira vez e receber as bênçãos porque deu dinheiro para o Pastor ou deu um bem, seja um carro ou um terreno, ao Pastor - tem Pastor que até a mulher pega do cara, o que também não tem nada a ver, mas, enfim, é um direito que cabe a cada um. E também tem Padre, não é só Pastor. Tem Padre que também faz isso.

Então, só falei isso em homenagem ao nosso querido Pastor Edson, por quem tenho o maior carinho e sei que além de ser um grande Pastor, é um ser humano perfeito e que eu admiro muito nesta Casa. Então, só para deixar esse registro, porque acho que ninguém tem o direito de mexer com a fé de ninguém em política. Política é uma coisa que tem vários segmentos, política exige respeito, porque a Igreja é uma coisa das pessoas, é a fé de cada um, sendo que um é católico, outro é espírita, outro é evangélico, outro é protestante e, devemos respeitar todas as religiões.

Agora, é tão ruim quando uma pessoa sobre lá e diz que aquele é o salvador da pátria quando o cara nunca apareceu na igreja, quando o cara nunca foi na igreja. Ele nunca apareceu na igreja e agora aparece do dia para a noite lá e o cidadão diz: "Olha, esse é o cara, esse é um cara bom, gente boa". Nunca foi da Igreja. E aí ele acaba confundindo os próprios membros que ajudam a manter a igreja, que pagam o dízimo. Acho que todo mundo tem que pagar dízimo, porque senão não toca a igreja, e às vezes, porque o povo não paga o dízimo, os Pastores têm que se vender.

Então, esse pronunciamento é uma homenagem aos bons Pastores. Jesus ensinou aos bons Pastores, mas Jesus também expulsou os maus Pastores, perdeu a calma quando viu que alguém estava vendendo o seu pai, Jesus não gostou disso, era um homem, Deputada Cida, 100 vezes melhor do que a senhora. A senhora é calma, quieta, um amor nesta Casa, é a nossa Deputada calma, paz e amor com todo mundo, nunca vi a senhora brigar com ninguém, e o dia que ver saio daqui, não volto mais. Jesus era assim também, era ponderado, não brigava, não fazia nada, quando brigavam era o último a falar e sempre falava na hora certa. Mas teve um dia que ele ficou bravo, teve um dia que ele se perdeu, teve um dia que ele explodiu, teve um dia que ele entrou no templo e deu de cara com os mercenários, com os mercadores, deu de cara com o pessoal que estava vendendo o pai dele lá no templo e ele perdeu a cancha e disse: "Olha, saiam daqui, aqui é a casa do Pai, de oração".

Então, nessa linha vai o meu manifesto aos bons Pastores, como o nosso Pastor Edson que admiro, por outro lado peço aos demais Pastores deste país, não só Pastores, Padres, que quando tiver que falar de política fale em condições de igualdade. Se fala um, fala todos. É tão bacana quando você vai numa instituição e fala A, fala B, fala C, deixando os companheiros definir, a democracia diz isso: todos são iguais. Então que se faça isso.

Eu sei que tem um picareta lá em Ponta Grossa que não vai gostar do que eu falei, mas se achar que eu estou errado ele tem o direito de pegar a Constituição e me processar. Só quero dizer que enquanto os fiéis dele sofrem para pagar o dízimo, ele cada vez fica mais rico, e o dinheiro que ele ganha deve vir de algum lugar que não sabemos, é dinheiro podre, sujo, e maldito. Deus e Jesus não o queriam, mas como sou um cara de bem, fiz como Jesus ensinou: eu protestei, mostrei o errado e no final, agora, Pastor Edson, vou fazer o que Jesus nos ensinou: perdoar, porque ele não sabe o que está fazendo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pedro Ivo. Antes porém, esta Casa gostaria de anunciar a presença do Deputado Federal Alex Canziani.

Deputado Pedro Ivo (PT)

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero utilizar este espaço do Pequeno Expediente para também fazer um comentário construtivo a respeito das eleições deste ano. Participei deste processo eleitoral como candidato a Prefeito do município de União da Vitória, perdi essa eleição por uma margem de 6% dos votos, é bem verdade que iniciei a campanha há três semanas da eleição, tive pouco tempo para discutir com a comunidade, para colocar as propostas. Mas isso é o de menos, o processo democrático é assim mesmo: a gente ganha, a gente perde, tem que se respeitar a decisão da população.

Mas queria colocar dois pontos que acho importantes, como uma forma até de fazer uma crítica construtiva e que algumas coisas devem ser mudadas no processo eleitoral, na lei eleitoral. Um dos pontos que me chamou a atenção é que eu perdi uma eleição não para um outro candidato, eu perdi uma eleição para a entidade Prefeitura. A pessoa que disputou comigo é quase desconhecida. Não falava nos programas, outros falavam por ele. Mas, a administração que já estava há oito anos no Governo, fez grandes projetos, grandes obras, e a população votou na continuidade daquela administração. Não olhou para os candidatos que estavam disputando naquele momento.

A reeleição, ou oito anos consecutivos, deixa raízes profundas junto à comunidade. E aqueles que disputam sentem essa dificuldade, quase que uma disputa desleal. Quando eu era Prefeito desse município, há oito anos, tínhamos uma receita de 19 milhões. Hoje a receita desse município é de 56 milhões, três vezes mais que a minha época. O país cresceu. O Governo Lula está batendo todos os recordes de carteira assinada. Hoje faltam produtos como tijolos, caminhões, tratores. Enfim, a população está consumindo mais. E com isso mais impostos para os municípios. E as Prefeituras têm mais poder de investimentos, de obras. E a minha administra-

ção, de oito anos atrás, não foi parâmetro para uma administração dentro de uma nova realidade.

Outro ponto que me chamou a atenção é quanto à questão de alguns problemas que devem ser corrigidos. Por exemplo: a lei federal, no artigo 14, parágrafo 7º, diz que quando o Prefeito já é de reeleição, nenhum parente, até 2º grau, pode ser candidato no mesmo pleito.

No entanto, em União da Vitória, o irmão do Prefeito foi o vice da chapa, para levar o sobrenome, até dois dias antes das eleições. A chapa não deveria ter sido aceita, não poderiam ter permitido, porque a lei é muito clara. Isso foi uma jogada para que as pessoas pudessem olhar na continuidade de pessoas daquela família, que estavam administrando bem o município. Realmente foi uma boa administração, mas é uma parte falha, no que diz respeito a permitir que parentes possam disputar as eleições.

Gostaria de registrar essa minha crítica construtiva e que pudéssemos debater esse assunto que é importante para qualquer um de nós que estamos disputando o processo eleitoral.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Se a presidência permitir, lhe concedo o horário do PSDB, pois gostaria de ter um aparte de V. Exa.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Consulto o Partido dos Trabalhadores se me permite usar o horário do PT.

(Assentimento)

Então, vamos continuar o debate.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Presidente, é horário do PT ou do PSDB? Faço essa consulta tendo em vista que não pode haver essa troca de horários de lideranças. Isso já de longa data, Sra. Presidente. Apenas isso. Por cautela.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. usa o horário do Partido dos Trabalhadores.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. PEDRO IVO

Deputado Rossoni, V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Entendo a preocupação do Deputado Praczyk. Cumprimento V. Exa. por ter me dado esse espaço. Quero cumprimentá-lo pela bonita eleição em União da Vitória.

A grande verdade, Deputado Pedro Ivo, é que essa questão de disputar a eleição no poder é uma eleição discutível, como V. Exa. colocou. Apenas quero cumprimentá-lo pela eleição. Acho que foi uma eleição de bom

nível. Quero ressaltar aqui a grande liderança que V. Exa. exerce em União da Vitória e na região, mas também V. Exa. deve reconhecer que o candidato nosso em União da Vitória, Carlos Alberto Jung, é um menino jovem, 43 anos de idade, bom caráter e de boa família. Uma pessoa que até podia não ser conhecida na cidade, ainda está crescendo politicamente, ele não tem o mesmo espaço político que nós tivemos, mas é uma pessoa que, fizemos a campanha em União da Vitória não ouvimos uma pessoa fazer uma crítica mais pesada contra suas atitudes. Então, é uma jovem liderança que surge no cenário político do Paraná.

V. Exa. sai engrandecido dessa eleição, mesmo perdendo, e quem sabe perder cresce na adversidade. V. Exa. sabe que elegemos um bom Prefeito em União da Vitória, mas também reconhecemos que a batalha foi dura, foi difícil, mantivemos um alto nível, não houve crítica dos dois Parlamentares que aqui ora conversam, mas reconhecemos em V. Exa. as qualidades de um bom adversário.

Obrigado.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Gostaria de acrescentar, Deputado Rossoni, que o resultado das eleições foi correto, a administração que está lá fez grandes obras, projetos importantes. Tivemos um amadurecimento, tanto quando fui Prefeito, quando V. Exa. era Deputado, como hoje que sou Deputado e o PSDB que governa nossa cidade. Conseguimos, tanto no passado como hoje, fazer com que não se trancasse nada para o município, que corrêsemos atrás.

Tivemos muitas obras do Governo Federal. Os Deputados Federais têm liberado muitas obras em todos os municípios da região. Na verdade, o Governo Lula ajudou a fazer com que eu perdesse a eleição em União da Vitória, porque os recursos, realmente, são muito maiores do que na minha época que, como falei agora há pouco, tinha uma receita de 16 milhões. Hoje, a receita é de 56 milhões. Para quem está afastado há oito anos, existe uma dificuldade de mostrar que aquela realidade daquele momento não é mais a realidade deste momento.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Mas veja, Deputado Pedro Ivo, só para acrescentar aqui. Veja como a vida nos causa surpresas. V. Exa. era Prefeito de União da Vitória, eu era Líder do Governo, fui um parceiro seu e colaborei com sua administração. Sempre que V. Exa., como Prefeito, procurou o Deputado Rossoni, eu estava à disposição e também colaborei com V. Exa. para que V. Exa. me ganhasse a eleição para Deputado em União da Vitória.

Quando trabalhamos, e como V. Exa. trabalhou como Deputado e como Prefeito, o importante é o momento que estamos vivendo. Agora estamos num momento em que foi disputada uma eleição, mas se formos reconstituir a história, temos uma bela história. V. Exa. me ganhou as eleições de Prefeito em União da

Vitória por alguns votos, eu Deputado participei da sua administração como parceiro de União da Vitória. V. Exa. veio ser Deputado, participou com o Prefeito de União da Vitória. Então, isso é bonito na democracia. Sempre procurando fazer o melhor para União da Vitória.

Quem ganhou com essa disputa foi União da Vitória, porque sua entrada na eleição deu uma grandeza maior e fez com que a vitória fosse mais valorizada, mas sabemos do bom trabalho que V. Exa. realizou pela região e por União da Vitória.

Obrigado.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Acho que o debate é importante, principalmente em nível municipal, e senti falta do debate nessas eleições. Não foi possível confrontar os candidatos, para que as pessoas pudessem avaliar quem estava disputando, naquele momento.

Então, faço esse registro no sentido de repensarmos a questão das eleições. Tenho uma opinião de que eleição realmente é uma disputa desleal, não foi o caso de União da Vitória porque o Prefeito já era de segundo mandato, mas o fato da insistência da municipalidade manter um irmão, mesmo sendo ilegal, mesmo a Constituição vedando que o irmão ou alguém até 2º grau pudesse ser parente, mostra esse interesse. Vamos supor que se casasse ali um vínculo de alguém da família para que se votasse em uma entidade, na Prefeitura e não nas pessoas que estavam disputando.

Então, faço esse registro como uma forma, não como um lamento, foi uma eleição importante, acho que crescemos politicamente nas discussões, o outro grupo se comprometeu com coisas importantes. À medida que nós começamos a participar do processo, o outro grupo se comprometeu com programas e propostas junto aos professores, com melhorias de questão salarial, uma série de coisas que fizeram com que a população de União da Vitória ganhasse com um debate mais quente, mas caloroso. Mas, quero fazer apenas esse registro desses três pontos da questão da reeleição: das pessoas votarem em uma entidade e não nas pessoas; da falta do debate; e a questão da possibilidade de alguém sendo parente permanecer até os últimos dias, até os últimos dois dias na chapa, mesmo que a lei proíba quando o caso é de reeleição que parentes até 2º grau estejam participando no mesmo pleito.

Seria isso, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputada Cida Borghetti; Deputado Jonas; Deputado Duílio; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; comitê de imprensa; visitante; paranaenses que nos dão a honra de

acompanhar as Sessões da Assembléia Legislativa, ao vivo, através da MERCOSUL, através da TV SINAL.

(Lê):

“Dom Orlando Brandes

Desde 23/07/06, Londrina tem o privilégio de ter como seu Arcebispo o catarinense Dom Orlando Brandes. Quarto Arcebispo de Londrina. Em 72 anos de vida, Londrina teve como Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo Majella Agnelo, Dom Albano Cavallin e, agora, Dom Orlando Brandes.

Em pouco tempo à frente da Igreja de Londrina, Dom Orlando consolidou uma liderança ecumênica; revelou-se um evangelizador perfeito, colocando seu dom de comunicador a serviço do bem e de nossa comunidade. Muito trabalho e disposição; muita simpatia e carisma; muita sabedoria e entusiasmo definem nosso Arcebispo, Dom Orlando Brandes. Com seu sorriso cativante, Dom Orlando vem empreendendo uma importante missão pastoral, levando alegria e esperança a todos os que têm o privilégio de ouvi-lo.

D. Orlando encontrou no amor, na prática do bem e na dedicação a seus semelhantes, a forma de expressar os seus talentos. Como líder maior nunca perde a oportunidade para levar a palavra de Deus e a esperança ao povo londrinense. Por seu trabalho pastoral, verdadeiramente voltado para a evangelização e propagação da palavra de Deus, por sua preocupação e entrega total em defesa do completo bem-estar do povo londrinense, louvamos, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, a vida e a permanência de Dom Orlando Brandes entre nós, paranaenses, e especialmente londrinense.

Dom Orlando tem se revelado um verdadeiro discípulo de Cristo e missionário, não apenas com palavras, mas com a própria vida e testemunho.

Quero referir-me, Srs. Parlamentares, à atitude de Dom Orlando, de respeito pelo próximo, em todo o processo eleitoral que vivemos em Londrina. Dom Orlando não permitiu posturas partidárias nos templos e Nem durante as celebrações litúrgicas. Com isso, assegura o respeito pelo direito e opinião alheias, não de uma facção, mas de todos os fiéis da Igreja que comanda. Sem interferências, assegura que cada fiel exerça a sua obrigação de cidadania, com liberdade e responsabilidade.

Com muita espiritualidade e com o propósito de não prejudicar e de não agredir ninguém, D. Orlando deixou claro que os Sacerdotes devem ser um sinal de unidade em suas paróquias. Com Dom Orlando, os Padres são chamados a destruir muros e a construir pontes, em defesa de um mundo de fraternidade e de paz. Tendo como modelo a pessoa de Monsenhor Bernard Gaffá, grande pastor e benfeitor, o amigo de todas as horas, o grande missionário evangelizador de Londrina, artífice da realização de inúmeras obras religiosas e sociais, presença marcante e constante em todos os episódios da história da Igreja de Londrina, queremos, com muito respeito, louvar o trabalho de todos os Sacerdotes e religiosos que acompanham e formam a família

de Dom Orlando, pela dedicação, amor e perseverança com que exercem a árdua missão de Sacerdotes e evangelizadores.

Queremos, portanto, congratularmo-nos com Dom Orlando pelo entusiasmo e sentido que dá ao seu episcopado, pelo carinho para com o povo londrinense. Como diz em seu lema: “Somos todos operários de Deus”

E como fiel operário de Deus, seguimos nossa caminhada, com muita perseverança e vocação para servir aos nossos semelhantes, tendo em Dom Orlando o exemplo e a motivação para executar e empenhar, cada vez mais, nossa opção pelos pobres; uma opção intrépida e duradoura, capaz de nos conferir felicidade, paz interior, realização pessoal e sentido à vida.

Dom Orlando Brandes, mensageiro do bem, da alegria e da esperança. Seja sempre abençoado e iluminado.

ANTONIO BELINATI
Deputado Estadual”

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, senhoras e senhores.

Venho a esta tribuna principalmente por causa da fala do meu amigo, por que não chamá-lo grande amigo, Deputado Jocelito Canto. A princípio não pude estar desde o início da Sessão, da fala de V. Exa., mas estava acompanhando do meu gabinete enquanto fazia alguns despachos e atendia algumas pessoas.

Inicialmente quero agradecer a deferência de V. Exa, ao Líder do meu segmento, que sou Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus há mais de 26 anos, liderada pelo Bispo Edir Macedo, como comumente é chamado tanto pelos órgãos de imprensa como pela maioria da sociedade. Concorde com V. Exa. de que indubitavelmente a pessoa do Bispo Macedo é extremamente eloquente, é um comunicador de uma linguagem acessível e simples, e com essa linguagem acaba alcançando multidões.

Agradeço também a deferência de V. Exa. a meu respeito, sinto-me lisonjeado e digo que tenho o mesmo apreço por V. Exa., a mesma admiração, muito antes de conhecê-lo como Parlamentar. Tive a grata satisfação de conhecê-lo quando ainda Prefeito e me recordo uma ocasião em que na sua cidade, a cidade de Ponta Grossa, conversamos juntos em uma área que brilhantemente V. Exa. transformou em um maravilhoso parque. Era uma área que vivia sendo ocupada por marginais, por desocupados, e V. Exa., com sua genialidade, com sua criatividade que lhe é peculiar, transformou em um parque. Isso marcou bastante quando nos conhecemos.

Com relação às citações bíblicas, eu me vejo na obrigação até de fazer valer um texto sagrado, Deputado Jonas Guimarães, que também é conhecedor dos textos sagrados, que diz: *Instrui o sábio e faça-o mais sábio ainda*. Não querendo transformar a Assembléia Legislativa em um templo religioso e muito menos em uma aula de teologia, mas como a Casa é a Casa do Povo e o Parlamento é o espaço democrático para se falar todas as coisas, então, vejo-me no dever de instruir o sábio e fazê-lo mais sábio ainda, Deputado, quando V. Exa. fala da prostituta que estava para ser apedrejada. Muitas pessoas acabam se equivocando e o Senhor Jesus não evitou que a prostituta fosse apedrejada, e sim a mulher que foi pega em flagrante adultério, que são duas coisas extremamente distintas. E a lição que o Senhor Jesus nos deu, obviamente, foi o do perdão.

Outra coisa que também faço questão, embora usada por muitas correntes religiosas, inclusive Católica Apostólica Romana, que é o termo pagamento do dízimo - o dízimo não se paga, o dízimo se devolve - é uma devolução em que grande parte dos segmentos religiosos, quer católicos apostólicos romanos, quer católicos carismáticos, penso que também os ortodoxos e todo segmento evangélico praticam, que é a devolução do dízimo, os 10%, por reconhecimento, de que tudo vem de Deus.

Ora, concordo em gênero, número e grau, Deputado Jocelito Canto, quando V. Exa., com muita propriedade, diz que é mais do que justo que o Parlamento seja composto por “n” representantes dos mais diversos segmentos organizados da sociedade.

Quando cheguei a esta Casa de Leis, na época de 1999, a disputa foi em 1998, em 1999 eu vim para esta Casa, assumi como Parlamentar no meu primeiro mandato.

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PRB/PV

Então, quando cheguei aqui em 1998, havia muitas críticas, Deputado Jocelito Canto, e acredito até que o senhor tenha pego essa fase, por ter sido Parlamentar antes de mim, em que se criticava muito o grande número de comunicadores que tinham assento nesta Casa, entre eles o Deputado Luiz Carlos Martins, que era radialista, o próprio Deputado Carlos Simões, o Deputado Renato Gaúcho, então se criticava, por parte de alguns, julgando que o radialista tinha, entre aspas, uma certa vantagem em relação aos outros que faziam uma política tradicional ou diferenciada. E eu sempre defendi que não, a sociedade tem que ser representada por seus “n” grupos organizados, e o radialista, como um líder religioso, quer seja o católico, quer seja o protestante, ele passa a ser o confidente das pessoas, passa a ser a pessoa que está bem próxima num atendimento, para ouvir, para orientar, e não diferente os Pastores ou Padres.

Fiquei muito contente quando, Deputada Rosane, para esta Casa veio o Padre Paulo, porque eu até então

era o único Sacerdote, aí veio o Padre Paulo, aliás, eu e o Deputado Ailton Araújo, veio um Sacerdote católico, fiz uma grande amizade e tenho esta amizade até hoje, uma pessoa espetacular. Então, eu vejo e concordo quando o senhor diz que todos os segmentos organizadores devem ter seus representantes, Pastores, radialistas, artistas, empresários e assim sucessivamente.

Discordo de V. Exa., e isso que é fantástico no Parlamento, quando V. Exa. diz sobre o falar de política na Igreja. Bom, vejo conforme até a Escritura diz e eu não posso deixar de me valer dos textos sagrados que está escrito: *Tudo é lícito, mas nem tudo convém*. Eu vejo sim que o Pastor acaba sendo procurado para saber qual seu posicionamento, qual sua opinião, inclusive nas questões políticas. Quando da primeira eleição do Presidente Lula, quantas e quantas pessoas me questionaram, na igreja, antes do culto, depois do culto, qual era a minha posição com relação ao Lula, o que eu achava dele como homem público. Então, o Pastor passa a ser um irmão mais velho, passa a ser uma pessoa de grande confiança, aí as pessoas querem saber isso porque vêm segurança em nós.

Vejo que na Igreja tem que se abordar todos os assuntos, tem que se falar de sexualidade, tem que se falar de homossexualismo, tem que se falar de aborto, tem que falar de tudo! Porque se eu, como líder religioso, com a minha vida embasada nos textos sagrados, se eu não tiver moral para orientar o meu fiel acerca dessas coisas terrenas, poderei eu dar orientação nas coisas celestiais? Claro que não!

Digo também que é óbvio fazer do púlpito trampolim para, maciçamente, prestigiar esse ou aquele, principalmente se esse vem de pára-quadras, como bem colocou V. Exa., quer dizer, em época de eleição o camarada se converte, se batiza nas águas, à noite recebe passes, noutro dia benzimento, noutro dia está acendendo incenso, faz uma salada, eu concordo com isso. Acho isso lamentável, me solidarizo com V. Exa., qualquer líder religioso de qualquer segmento, se essa pessoa está vendendo o seu rebanho ele dará contra a Deus. Ele pode até enganar a si próprio, enganar seu rebanho, enganar sua comunidade, mas não enganará a Deus e ele não ficará impune, pode ter certeza, Deputado!

Esperava de V. Exa. que V. Exa. falasse o nome da denominação e conforme fosse, por educação que lhe é peculiar, se o senhor achar que nós devemos entrar com uma ação eu me somo a V. Exa. para assinar contra o segmento que for, porque não é justo, de fato e de verdade. Tudo tem o seu limite, volto a citar o texto bíblico: *Tudo é lícito, mas nem tudo convém*. Espera aí, tem limites!

Quero também reforçar algo que já falei inúmeras vezes dessa tribuna sobre todo e qualquer segmento organizado, Deputado Edgar Bueno, tem os bons e os maus. A Igreja também tem bons e maus, a exemplo do próprio Senhor Jesus que escolheu a dedo 12 e um dos 12 era Judas Iscariotes, o maior traidor da História. Não fosse isso verdade não estaria escrito a parábola do joio e do trigo. Todos os lugares existem os bons e os maus e,

lamentavelmente, entre os bons às vezes nasce germina a erva daninha, o mau, o perverso, o mal intencionado.

Dou como referência, para não dizerem que estou defendendo apenas o segmento evangélico de bom comportamento de líderes religiosos católicos: Aqui em Curitiba, por exemplo, eu estive no debate na paróquia do Padre Leocárdio. Ele abriu para todos os prefeituráveis, Beto Richa, Gleisi e tudo mais na sua comunidade, eu achei isso fantástico, estive lá, acompanhei, vi o debate, achei fantástico. Já na região do Xaxim o Padre João Nassir que eu não conheço pessoalmente, mas ele abriu um debate para todos os postulantes na região e isso também foi fantástico.

Então, vemos que o religioso tem que tomar pé da situação, tem que participar, tem que opinar, tem que sugerir, tem que fomentar a discussão, é óbvio, sempre com limites.

Concedo o aparte ao Deputado Edgar Bueno e na seqüência o Deputado Jocelito Canto, com muito prazer.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Edson Praczyk, tenho sempre chamado carinhosamente de meu bom Pastor, gostaria de dizer que todos nós aqui da Assembleia Legislativa exercemos lideranças. Na Câmara de Vereadores, todos exercem papel de liderança. O líder é líder em qualquer lugar, onde ele estiver, exercendo as suas funções na sociedade.

Tem o líder comunitário, tem o líder lá do distrito rural, tem o líder da igreja, o líder da cancha de bocha, líder da família. Enfim, cada um exerce o seu papel de liderança e todos os líderes sempre serão consultados. Isso é uma verdade. Temos que refletir a política, temos que refletir sobre a constante mutação da cabeça do eleitor.

Vi uma eleição diferente, totalmente diferente das outras. Porque muitos de nós já assistimos, a questão do eleitor querer saber exatamente o que ele ganharia para votar em alguém. Nesta graças à orientação dos Padres, dos Bispos, dos Pastores, das comunidades, dos líderes, eles tiveram um comportamento totalmente diferente das outras campanhas, eles sabiam e queriam saber e queriam interrogar o que cada um pudesse representar na vida, na mudança, na sua família, na escola, na Saúde, na Segurança, na geração de emprego. Era esse o questionamento que percebemos em cada passo que demos. Então mudou a cabeça do eleitor mesmo. Os líderes terão sempre um papel fundamental na orientação: os Padres, os Pastores, mostraram à sociedade quem era ficha suja, quem era ficha limpa. Trouxeram isso para uma discussão ampla, geral e irrestrita.

Quero dizer à V. Exa. que o seu posicionamento, as suas colocações são sábias, porque realmente a cabeça do eleitor mudou.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para lhe cumprimentar e dizer que concordo com tudo, acho até que Pastor pode orientar, ele só não pode se vender.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Concordo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Ele deve orientar, é um formador de opinião. O Deputado Edgar Bueno participou de uma eleição diferente em Cascavel, que ninguém comprou ninguém também. São raras essas eleições, eu nunca vi em lugar nenhum. Agora, quero cumprimentar o Deputado Edgar Bueno, que Cascavel foi a única cidade que ninguém pediu nada para ninguém. É raro, isso tem que ir para o Guinness. V. Exa. tem razão: os Pastores e Padres são líderes. Devem indicar, mas jamais se vender. V. Exa. tem razão.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Me solidarizo a V. Exa. e vejo que assim como Judas, que por um preço tão baixo vendeu o Senhor Jesus por 30 moedas de prata, perpetuamente sempre existirão aqueles com esse espírito que, por muito menos, venderão a sua comunidade. Mas, como disse e repito, para esses, com certeza lhe será reservado o Juízo Final, e muito severo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero cumprimentar todos os Deputados após esses dias de recesso para o processo eleitoral, cumprimentar especialmente os Parlamentares que foram candidatos na eleição de Prefeitos nas suas cidades: cumprimentar o Deputado Jocelito Canto, de Ponta Grossa; o Deputado Edgar Bueno, que foi vitorioso no pleito em Cascavel. O meu irmão Aderbal também foi candidato em Cascavel, Vereador do PT, cumprimento pela sua participação, contribuiu para o debate político. Cumprimento o Deputado Edgar Bueno, que foi vitorioso, Prefeito pela segunda vez naquele município, nosso companheiro aqui da Assembléia de muito tempo. Cumprimento o Deputado Belinati, ficou para o segundo turno em Londrina. Deputado Enio Verri que fez uma belíssima votação em Maringá. Olha, Deputado, tenho certeza que o senhor será o próximo Prefeito de Maringá, sem nenhuma dúvida. Uma eleição muito difícil fazer uma votação expressiva como o senhor fez na conjuntura estadual. O senhor está de parabéns. Cumprimentar todos os demais Deputados que participaram: a Deputada Rosane Ferreira, que foi candidata em Araucária; o Deputado Pedro Ivo, que fez basicamente 15 a 20 dias de campanha e que ganhou as eleições, perdeu por muito pouco, Parlamentar muito respeitado. Cumprimentar o Deputado

Dobrandino da Silva, também, cujo filho foi nosso colega aqui na Assembléia e participou do pleito em Foz do Iguaçu e todos os demais membros que participaram do processo eleitoral. É importante para a democracia e a consolidação do país e do Paraná democrático.

Cada eleição mereceria uma análise à parte. Mas não tenho tempo de fazer isso hoje. Inclusive ontem, vários jornalistas me telefonaram na condição de Líder do PT e respondia às indagações sobre o partido, sobre o desempenho partidário, no Paraná e no Brasil. No Brasil o PT cresceu bastante. No Paraná cresceu pouco. Nas principais cidades paranaenses, com exceção de Pinhais, temos que cumprimentar o nosso grande colega, companheiro, Professor Luizão, vencedor. O PT teve um desempenho fraco nas grandes cidades, relativamente. Mas é uma análise que tem que ser feita com muita profundidade. Não tenho tempo para fazer isso hoje, porque subo à tribuna para fazer uma denúncia.

Antes de começar, quero saudar, porque está aqui entre nós o Prefeito eleito de São José dos Pinhais, empresário Ivan Rodrigues, o PT fez uma aliança com o Ivan Rodrigues, do PTB, estive lá pessoalmente num momento de sua campanha. Uma cidade tão importante como o município de São José dos Pinhais, está de parabéns o Ivan Rodrigues e o PT, por ter apoiado um candidato competente, um empresário respeitado em todo o Paraná, nosso colega e companheiro Ivan Rodrigues. Parabéns e boa sorte na administração dessa cidade pujante da região metropolitana.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer uma denúncia na eleição de Curiúva. É evidente que todo o processo eleitoral, principalmente quando a diferença do vencedor é por poucos votos, os ânimos se exaltam. Mas, a gravidade das denúncias que me foram apresentadas por advogados que representam a coligação encabeçada pelo nosso partido em Curiúva, por Dirceu Burko, coligação Curiúva Para Todos, as denúncias são tão graves que me levam a subir a esta tribuna e chamar a atenção da imprensa para que os jornais do Paraná revelem o que aconteceu e está acontecendo no município de Curiúva. Uma eleição cuja diferença foi de 266 votos.

As denúncias são várias. Em primeiro lugar, no processo eleitoral. Dezenas e dezenas de eleitores chegavam para votar, com problema até com os mesários. Quando iam assinar, seu nome já estava assinado com o nome de outra pessoa. Muitos foram induzidos a colocar sua assinatura no cartão relativo a outro eleitor. Há provas, aqui, de eleitores já falecidos, provavelmente, porque nasceram em 1926, e o eleitor foi induzido. Tinha uma assinatura sobre o seu nome e foi induzido a assinar o nome de outra pessoa. São dezenas de denúncias. E essas denúncias estão sendo levadas e assinadas em cartório. Denúncia grave. Denúncia de que o eleitor se dirigia à urna e ia votar no 13 e aparecia o 15. Ia votar no 13 e aparecia a fotografia de outro candidato. Mesários terminando a votação do eleitor antes de votar no Prefeito.

Encerrava, pedia para o eleitor sair da urna antes de votar no Prefeito. Votava para Vereador, dava um problema: “Não. Terminou a votação, Saia”.

São muitas e muitas denúncias que aconteceram neste processo eleitoral. E como havia uma certeza da coligação da vitória, o povo nas ruas, há uma revolta generalizada. Quando terminou o processo eleitoral, a informação que recebi é que centenas de cidadãos de Curiúva foram para a frente da casa do Juiz pedindo a anulação da eleição. Além da pressão de fiscais, de cabos eleitorais do Prefeito que se reelegeu.

Como é que está sendo feito agora? A coligação foi derrotada, está tentando lá o processo eleitoral e para isso, segundo alegações jurídicas, precisa coletar duas mil assinaturas, sendo que 1 mil e 200 já foram coletadas. Chegou-me a denúncia e estou mandando agora uma carta por fax ao Secretário de Segurança para pedir proteção policial em Curiúva, onde estão sendo ameaçadas de morte as pessoas que estão assinando o abaixo-assinado para pedir a nulidade da eleição. E um fato ainda mais grave, como o Prefeito de Curiúva é dono do único cartório local, as pessoas que foram fazer a certidão de denúncia pública se dirigiam ao cartório da cidade próxima, que é Sapopema. Dois Soldados da Polícia Militar, tentaram impedir que o ônibus transportasse esses eleitores até Sapopema. O advogado em Curitiba foi acionado e conversou com a Polícia, houve o entendimento, mas mesmo assim a polícia continuou seguindo o ônibus até o cartório, dois policiais próximos e as pessoas se sentindo constrangidas pela Polícia.

Em função desses fatos, estou levando ao conhecimento do Governador e do Secretário Luiz Fernando Delazari essas denúncias para que tomem providências. Precisamos de proteção policial em Curiúva, que é uma cidade que não tem Delegado e o nível de gravidade das denúncias é muito grande e nós queremos prevenir. Os advogados estão entrando com dois processos, sendo um através de um abaixo-assinado para convocar novas eleições, um processo anulando o pleito em razão das duas denúncias graves que aconteceram.

Imaginem, para centenas de pessoas assinarem uma escritura pública de declaração em cartório, é porque realmente a revolta popular é muito grande. Disseram-me que havia 1 mil pessoas em frente à casa do Juiz no final do pleito eleitoral, porque há muita gravidade, muita coação e muita pressão. É uma coisa difícil e eu, pessoalmente, não conheço o Prefeito e não se trata de uma questão pessoal. Infelizmente, estamos aqui em uma disputa entre partidos aliados e sei que o Deputado Caíto Quintana trabalha bastante por aquele município, mas falo porque a gravidade das denúncias que me foram apresentadas de forma concreta, com cidadãos consolidando a denúncia na Justiça e milhares de pessoas assinando para que a eleição seja anulada, isso me faz vir aqui nesta tribuna pedir ao Governo do Estado e ao Poder Judiciário para que façam uma análise ou uma auditoria no processo eleitoral do município.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, apenas para dizer que no horário da Liderança do PMDB vou responder o Deputado Péricles, porque, sinceramente, se toda eleição que foi disputada e que teve uma diferença de votos nós trouxemos aqui à tribuna para fazer esse processo de discussão, sinceramente é muito ruim, inclusive para levantar suspeição a um processo legítimo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Devidamente inscrito, Deputado.

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Passado o rescaldo do processo eleitoral, acho que é importante que façamos desta tribuna uma análise do quadro político estadual/nacional dos acontecimentos, dos pleitos municipais de forma especial e dos avanços partidários. Quero me reportar inicialmente ao crescimento do PSDB no estado do Paraná, onde conquistamos 41 Prefeituras Municipais e estamos disputando o segundo turno nas cidades de Londrina e Ponta Grossa, sendo que dobramos o número de Prefeitos em relação ao mandato passado. Crescemos eleitoralmente em votos, ultrapassamos a casa de mais de 1 milhão de votos no estado, ocupando com isso - se não me falha a memória - o 2º lugar no estado, percentualmente, em votos conquistados como partido.

Portanto, acho que o PSDB do estado cumpriu a sua missão, fez um belo trabalho e sai consagrado pela vitória realmente esmagadora do Prefeito Beto Richa na cidade de Curitiba, que hoje é uma referência no estado e a nível nacional, pelo índice que atingiu dos votos válidos na eleição de Curitiba, que realmente o consagra como uma das mais importantes lideranças deste estado, o que nos deixa, como partido, realmente numa situação privilegiada dentro do contexto político estadual.

Mas o que me traz aqui, na verdade, nesta tarde, Deputado Elio Rusch, é fazermos uma análise mais ampla do processo eleitoral. Eu advogo que tenhamos que fazer uma cruzada, quem sabe começando pelas Assembleias Legislativas dos Estados, pelas Câmaras de Vereadores, pelo Congresso Nacional, para que realmente se faça urgentemente a reforma política.

Não posso concordar diante do que presenciei, apesar de termos companheiros nossos eleitos, reeleitos como Prefeitos, mas divirjo radicalmente da forma como está colocado no contexto político a legislação partidária, a legislação política, com relação ao instituto da reeleição. Acho que temos que repensar o instituto da reeleição, porque é desumano, é desproporcional, principalmente nos municípios de pequeno porte deste estado e do Brasil. É uma luta realmente desumana entre

os candidatos a Prefeito. Os opositores àqueles que ocupam cargo ficam numa situação tão pequena, tão ínfima diante dos Prefeitos com mandato, que praticamente inviabiliza toda e qualquer possibilidade de disputarem o pleito em igualdade de condições com quem ocupa o cargo.

Acho que deveríamos lutar e iniciar uma cruzada nacional, no sentido de buscarmos uma reforma política, dando aos Srs. Prefeitos, aos novos mandatários, não agora, mas na sequência, tão logo quem sabe possamos aprovar uma reforma, com mandato de cinco anos para os cargos do Executivo, e eliminarmos definitivamente a reeleição para o Executivo a nível nacional.

Essa é a minha leitura, Deputado Edgar Bueno. V. Exa. já foi Prefeito, teve a oportunidade de buscar a reeleição, disputou novamente com o cargo de Prefeito, é lógico que na sua cidade é público é notório que o Prefeito estava numa situação das piores possíveis, porque foi incompetente no cargo. Mas é realmente de pensarmos nesta análise que temos que fazer do processo eleitoral, porque a reeleição coloca todo e qualquer pretendente na vala comum. É muito difícil enfrentar a máquina, a força do Prefeito, do grupo que o Prefeito tem, da estrutura de uma Prefeitura Municipal. E é exatamente nesta linha que quero fazer esse raciocínio, até porque já fui Prefeito e sei do poder que um Prefeito tem quando ele, de uma forma eficiente, sabe usar os instrumentos legais que possui para um processo eleitoral.

Por isso, uso a tribuna exatamente nessa linha, para fazermos aqui uma conclamação aos Srs. Deputados, apesar de saber que o meu partido disputa a reeleição em duas cidades importantes do Paraná. Mas temos sim que fazer essa consideração, para colocarmos todos os senhores pretendentes ao cargo de Prefeito Municipal nos municípios paranaenses em igualdade de condições.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Esse é o comentário que gostaria de fazer nessa tarde. Esta é a análise, é a reflexão, fruto do último processo eleitoral, porque entendo realmente que temos que fazer urgentemente uma reforma neste país para que possamos, realmente, deixar todos os pretendentes nas futuras eleições em igualdade de condições.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ademar Traiano, ouço o vosso pronunciamento e quero lhe parabenizar, mesmo porque nas últimas Sessões que tivemos aqui na Assembleia, que antecederam as eleições, ocupamos esta tribuna e fizemos algumas colocações em relação à legislação eleitoral e também à lei partidária que temos em nosso país. Não é possível que o Brasil continue convivendo com um número tão grande de partidos que existe hoje em nosso

país. Se V. Exa. me perguntar quantos partidos tem hoje no Brasil legalizados, sou bem sincero, não sei. E, com toda certeza, as pessoas que estão nos assistindo também não sabem quantos partidos temos hoje no Brasil.

Fiz um pronunciamento nesta tribuna, e haverei de fazer outra na semana que vem, sobre o mesmo tema, sobre a reforma política e a reforma eleitoral no nosso país. A cláusula de barreira é inevitável que se institua em nosso país. Não é possível que tenhamos um número tão grande de partidos.

O Beto Richa, que ganhou a última eleição, domingo agora, com uma expressiva votação jamais vista na capital do estado, teve uma ampla coligação com inúmeros partidos. Agora, como será esse segundo mandato do Prefeito Beto Richa? Todos esses partidos que fizeram parte dessa aliança querem ter sua fatia na administração. Acaba não administrando com a sua vontade e acaba se curvando aos apoios que teve no pleito eleitoral. Essa é uma questão.

A segunda questão, o Brasil está cansado de eleições. Não é possível disputar eleições de dois em dois anos. Ainda estamos de ressaca da nossa eleição de dois anos atrás e já estamos preocupados com as eleições de 2010.

Se olharmos os grandes jornais do Paraná, estão comentando já as eleições de 2010. Quer dizer, vivemos num país de eleições.

A unificação das eleições é necessária, sim. Fico feliz que V. Exa. vá a tribuna, como Líder do PSDB, ocupe esse espaço fazendo um pronunciamento voltado para essa atenção. Haveremos sim, se necessário for, formar uma comissão e convencer as outras Assembleias Legislativas, irmos ao Congresso Nacional para pedir a reforma partidária eleitoral, para que possamos ter eleição de cinco em cinco anos, desde Presidente da República, até Vereador. E num primeiro momento proibir as coligações na proporcional.

Com toda certeza haveremos de moralizar a classe política e devolver para os políticos a credibilidade. Porque hoje é difícil chegar a um administrador ou a um grande empresário e fazer com que ele desista de administrar sua empresa para entrar na vida pública. Porque a classe política está desmoralizada. Por quê? Porque temos eleições de dois em dois anos.

Parabéns a V. Exa.! Haveremos de retornar com esse assunto na próxima semana e espero ter o apoio da grande maioria dos Parlamentares desta Casa para levarmos ao Congresso Nacional uma proposta que possa surgir aqui no Parlamento do estado do Paraná e possamos buscar essa reforma política e acabar com o instituto da reeleição.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Elio Rusch! V. Exa. realmente faz um arrazoado geral de tudo aquilo que

pensamos com relação ao fim do instituto da reeleição, da reforma partidária, da legislação política neste país. Acho que é fundamental que façamos isso. É emergencial que isso aconteça porque o povo não suporta. Não só o povo brasileiro, mas de forma especial o custo para o país de eleições de dois em dois anos é algo que, realmente, extrapola os limites de tudo aquilo que podemos imaginar. Até porque poderíamos estar investindo esses valores em outras áreas tão importantes na vida brasileira.

Entendo que a reeleição, na minha concepção, principalmente nas grandes cidades onde há um colégio muito maior, talvez não tenha tanto o peso na máquina como tem nos pequenos municípios. Vejo que um mandato de cinco anos é realmente algo que consolida uma boa administração e a reeleição, na minha concepção, é viciada, ela cansa. Muitos incompetentes acabam voltando exatamente pelo poder e pelo peso da máquina e não permitem que possamos oxigenar a democracia, não permitem que novas lideranças importantes, que surgem na base, possam comandar as nossas comunas, exatamente em função dessa força que existe num Prefeito investido no cargo usando toda sua estrutura.

Essa é a minha leitura, essa é a minha visão, e quero crer que podemos juntos encaminhar no sentido de buscarmos uma alternativa, formarmos uma comissão, movimentarmos a sociedade paranaense no sentido de convencermos as nossas lideranças no Congresso Nacional para que possamos, urgentemente, chegar a esse denominador comum.

Quero também, fazer um registro que pude vivenciar no interior do Paraná. Um registro que entendo ser fundamental, Deputado Dobrandino. A nossa Justiça Eleitoral, os nossos Juízes, os nossos Promotores, sem nenhum desrespeito à Justiça Eleitoral, mas lamentavelmente, não há uma decisão uniforme nas decisões municipais, na condução dos processos eleitorais. Cada cidade, cada Juiz ou cada Juíza tem uma linha de pensamento e de ação, uma leitura do processo eleitoral, uma interpretação diferente daquilo que está escrito na legislação, e acaba criando uma celeuma terrível nos municípios. Isso inviabiliza a disputa, cria animosidade e acaba fazendo com que as lideranças se encolham no processo eleitoral, deixem de expor suas idéias, porque a Justiça inibe, a Justiça impõe medo, a Justiça impõe limites de uma forma que realmente na minha visão é arbitrária.

Não podemos, realmente, conviver dessa forma num processo eleitoral. Eu faço aqui como um alerta à Justiça Eleitoral. Acho que no momento da disputa das eleições municipais deveriam ser chamados os Srs. Juízes para uma reunião, quem sabe com a Presidência, com o TRE, e estabeleceram as regras, mas que elas sejam as únicas, porque cada um tem uma leitura e uma interpretação do processo eleitoral e se cria uma série de dificuldades. Não podemos, no momento eleitoral, receber uma autoridade no município porque a Justiça proíbe: “Ah, isso é contra a legislação eleitoral!” Ora, que é isso? É uma verdadeira aberração! Por isso, acho que passado

este momento é oportuno que façamos essas considerações e essa reflexão até no sentido de aprimorarmos o processo eleitoral.

Infelizmente, principalmente no campo das decisões da Justiça Eleitoral, vi tanta aberração no interior dos municípios paranaenses que, realmente, fico envergonhado. Há uma proibição a tudo, não se pode fazer mais nada. Sabemos perfeitamente o que é possível e o que não é, mas infelizmente os Srs. Juízes pensam de forma diferente e não posso conceber com isso. Tenho que levantar a minha voz, aqui, até pela minha formação na área jurídica, por ser advogado, eu não posso concordar. O Deputado Caíto Quintana sabe muito bem o que vivemos na nossa região, em municípios pequenos, todos os Deputados viveram isso.

Então, é importante que façamos aqui esse alerta porque com certeza, estão nos ouvindo os Srs. Juízes. Não é uma crítica ao Poder Judiciário é um alerta para que uniformizem as decisões, para que possamos dar a liberdade necessária, democraticamente, a ambos os candidatos ou aos partidos, ou as coligações, para poderem fazer uma eleição tranqüila, porque da forma como está nada se pode fazer porque realmente há um temor muito grande com relação à Justiça.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli, depois ao Deputado Jocelito, Caíto e ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Traiano, em primeiro lugar, quero dizer a V. Exa. o seguinte: esse tema é um tema que eu tratei, inclusive, durante o processo eleitoral e, creio, é absolutamente valiosa a contribuição do seu pronunciamento, porque há de se reconhecer, e quando digo, aqui faço uma crítica à produção legislativa que tem sido pífia do Congresso Nacional.

Esse processo que V. Exa. descreve de ter havido uma profunda e inesgotável capacidade de subjetividade de análise de cada um dos operadores do Direito, no caso dos Juízes e Juízas, ou seja, são homens e mulheres e na grande maioria das vezes pessoas preparadas, que têm convicções. Mas, onde é que está a raiz dessa subjetividade? Temos a Lei nº 9504, que é a Lei Orgânica das eleições e ao mesmo tempo o TSE, através das suas resoluções que dita no pleito eleitoral, ele regulamenta aquele processo eleitoral. O que aconteceu nesse processo, especificamente? Há um nível absoluto de subjetividade por cada um dos operadores, o fato concreto é que cada Juiz e cada comarca, pelas suas convicções e pelos seus valores, pela forma de encarar o tema, inclusive da democracia - e reconheçamos, estamos comemorando hoje, agora, 20 anos da nova Constituição - o fato concreto é o seguinte: cada Juiz avançou muito naquilo que é o valor, é uma análise, a somatória que ele fez em relação a cada uma das normas legais.

O fato concreto é, por exemplo, há Juiz que proibiu, há um exemplo concreto de Cornélio Procópio, eu sempre digo, que o Juiz proibiu que os candidatos visitassem as lojas, visitassem o comércio, e com 10 dias de antecedência tinha que se registrar que haveria uma carreata, e em cada município houve uma interpretação diversa, por conta do quê? De quem é a falha? Sinceramente, é do legislador ordinário que faz a lei, faz a norma legal, que tem que posicionar. O Brasil é um país onde vale o que está escrito. Deixou-se a interpretação para cada um dos Juizes e o resultado foi esse que vimos: o TRE do Paraná cassando Vereadores da forma mais injusta possível. Foi isso que acabou acontecendo, e deixou de fazer, de fato, um processo de construção melhor, do ponto de vista efetivo do processo da propaganda eleitoral, havendo uma grande interferência no pleito com o uso da máquina abusiva, compra de votos que vimos por este Paraná.

O fato concreto é: houve muitas irregularidades? Houve, mas reconheçamos aqui, o Congresso Nacional tem que fazer a sua parte. Ele não pode só ficar votando medida provisória quando essa medida provisória tranca a pauta. O Congresso Nacional tem que ter um papel muito mais amplo.

Por isso, parabéns a V. Exa. Mas, também fruto disso, Deputado Elio Rusch, vou concluir, senão vai aparecer um pronunciamento paralelo, mas há de se dizer o seguinte: 21 anos de ditadura no Brasil gerou justamente isso: a política durante a ditadura era associada com o que é ruim, o que não presta, e nós, que o Parlamento exercemos uma atividade política, pagamos a conta perante a imagem que foi durante 21 anos construída contra a política, e agora ficamos como se fôssemos os portadores. E o fato concreto é o seguinte: ou o legislador legisla e impõe limites ao poder do aplicador do direito, que no caso são os Juizes e Juízas, ou, de fato, cada vez vamos ver mais o Poder Judiciário avançando sobre aquilo que é prerrogativa do Legislativo.

Parabéns pelo vosso pronunciamento, Deputado Ademar Traiano. O tema é de V. Exa.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

É oportuno que todos os Srs. Parlamentares tenham a oportunidade de falar sobre o assunto. V. Exa. falou, com muita propriedade, que temos que fazer a lição de casa. Lamentavelmente, o Congresso Nacional está lá apegado às medidas provisórias e esquece de legislar sobre aquilo que é muito mais importante no contexto nacional. O caso específico sobre aquilo que estamos abordando, a questão eleitoral, das questões municipais do país, nessa desproporção que existe.

V. Exa. colocou muito bem, que lamentavelmente o Poder Judiciário muitas vezes deixa de exercer um poder de pressão maior em cima daqueles que estão

investidos do cargo, de quem está na Prefeitura Municipal, que usa toda a estrutura de uma máquina, que direta ou indiretamente, queira ou não queira, é uma compra de votos que está oferecendo um benefício ao cidadão. Se fôssemos levar a ferro e fogo, quem sabe tivéssemos que parar todo o trabalho da máquina administrativa no processo eleitoral, durante 90 dias, para não beneficiar quem está investindo do cargo. Tenho essa leitura.

V. Exa. coloca muito bem. Agradeço a sua contribuição. Quero crer que podemos juntos construir, quem sabe, algo que possa produzir alguma coisa produtiva, nesse sentido de buscarmos uma solução para o problema.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. tem toda razão quanto à reeleição. No passado, eu tinha o entendimento que a reeleição era boa. Hoje, concordo com V. Exa. de que a reeleição é ruim, cria problemas e vícios. Concordo perfeitamente com o seu pronunciamento.

Quanto ao entendimento aos Juizes também concordo. Há muitos Juizes que não sabem interpretar lei ou a interpreta diferente, dando conotações diferentes e acabam atrapalhando uma eleição.

Quanto à compra de votos, não há dúvida nenhuma que isso nunca aconteceu no Brasil. Nunca vi ninguém comprar um voto. Sinceramente, nunca vi em lugar nenhum. Isso não é verdade. O voto é dado com segurança, as pessoas não se trocam por nada. Isso, eu não concordo com V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Jocelito, V. Exa. há de convir que não posso ser irresponsável ao falar desta tribuna, principalmente, quando milhares de paranaenses estão me ouvindo afirmar taxativamente, que no processo eleitoral estaríamos comprando voto. É lógico que indiretamente, usando a máquina, a estrutura da Prefeitura se tem essa leitura muitas vezes. Aí é que acho que a força da Justiça Eleitoral deveria imperar, para que pudéssemos estancar isso com a maior rigidez possível. Não posso de forma alguma permitir que se fale, aqui, dessa forma aberta, porque estaríamos incorrendo em crime eleitoral, o que não é a nossa vontade.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto e na sequência ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Deputado, cumprimento V. Exa. pela abordagem do assunto. Vou ser rápido, porque o seu tempo também está esgotando.

Antes da eleição encaminhei um requerimento à Mesa, para que convidássemos o Presidente do TRE, para fazer um pronunciamento, aqui, aproveitando a TV Assembléia, para dizer aos Parlamentares e para o povo do Paraná o que pode e o que não pode na eleição. Porque o que não dá, Deputado Traiano - V. Exa. tem razão na

sua colocação - é você chegar em uma comarca e poder fazer alguma coisa e em outra vizinha não poder. Por exemplo, em diversas comarcas do sudoeste - V. Exa. é testemunha - a Justiça Eleitoral não permitia que no horário dos Vereadores, ele dissesse a qual candidato a Prefeito estava vinculado. Coisa que aqui em Curitiba, que é sede do TRE, todos os candidatos a Vereadores pediam voto, e diziam que apoiavam o candidato número tal. Essa desinformação, essa aplicação voluntária em cada lugar, acho que não pode continuar. É bem típico de um país que não têm Justiça Eleitoral, os Juízes são designados para responder pelo eleitoral. Muitas vezes conhecem menos da Justiça Eleitoral que os próprios candidatos. Isso dificulta, cria constrangimento e faz com que o clima político nos municípios, se eleve de tom por causa dessas ações que entram na Justiça.

De qualquer forma esse assunto precisa ser continuado, e temos que fazer uma manifestação ao Congresso Nacional que, de uma vez por todas, defina quais são as regras do processo eleitoral no Brasil.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

A bem da verdade, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. também traz o seu aparte ao meu pronunciamento, algo que realmente percebi com relação aos Srs. Juízes, algo inovador.

Não temos realmente uma Justiça Eleitoral, com certeza consistente para decisões desta natureza. O que percebemos é a insegurança de muitos Juízes, principalmente nesses que estão iniciando a carreira como Juízes no interior do Paraná. Eles criam uma certa instabilidade entre as coligações partidárias e tumultuam o processo. Por isso acho que realmente precisamos avançar nesse sentido. V. Exa. que é um profundo conhecedor dessa área já abordou esse assunto. Lembro-me da tribuna no outro lado. Acho, que a própria Assembléia poderia provocar o encontro com o Presidente do TRE, para alinharmos essas questões para que isso não ocorra nas próximas eleições municipais.

Obrigado pelo seu aparte. Com aparte, Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado Deputado Traiano. Parabéns pelo tema que traz à discussão nesta Casa.

Queria fazer uma espécie de denúncia, que não é nem do meu município, mas de um município vizinho ao nosso. O que ocorreu é só em cinema. O Promotor da comarca que pertence a esse município, que defendia publicamente a candidatura de um outro adversário. Ele, de revólver na cinta, com a Polícia, coagindo os cabos eleitorais partidários desse que ganhou a eleição. Denunciamos do palanque e o Ministério Público sabe de quem estou falando. Isso é uma agressão à democracia. Não é possível que vivamos hoje num país de direito democrático com esse tipo de coisa. Invadiu o comitê do adversário.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Para concluir, agradeço o aparte de todos os Srs. Parlamentares e quero crer que o assunto que trouxemos à tona nesta tarde realmente é envolvente, ligado a todos os Parlamentares, já que vivemos isso no dia-a-dia. Espero que possamos voltar para debatermos ainda com mais intensidade esse assunto, com certeza, aprimorarmos esse processo.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças: PDT, Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

PMDB, com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Questão de ordem, Sra. Presidente. Queria, antes que o Deputado Romanelli começasse o seu discurso, fazer uma correção no meu pronunciamento. Citei, de forma equivocada, o Prefeito de Curiúva era dono do cartório local. Na verdade, os denunciante sentiram-se constrangidos no cartório porque a prima do Prefeito é a escritã juramentada. Por esse motivo eles preferiram se dirigir a Sapopema. Cometi um equívoco. Quero, em nome da justiça, corrigir nas notas taquigráficas nos Anais desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente feita a correção.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem, já que o Líder do Governo - até cedo um tempo, o Deputado Traiano já usou - queria fazer um apelo ao Líder do Governo porque temos ouvido, lido sobre um projeto que o Governo vai encaminhar a esta Casa, ou já encaminhou, mas ainda não recebemos, é sobre a questão de aumento de impostos, mas ainda não recebemos, é sobre a questão de aumento de impostos. Queria fazer um apelo ao Líder do Governo que gostaríamos de ter isto, e que não viesse às pressas aqui para ser aprovado.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputado Valdir Rossoni, quero dizer a V. Exa. que o Governador Requião, hoje, na Escola de Governo, pôde apresentar através do Secretário Heron Arzua, a proposta de reforma tributária baseada nos princípios que foram enunciados aqui desta tribuna pelo Deputado Federal

Luiz Carlos Haully, ou seja, aplicando o princípio da seletividade e, claro, modificando a estrutura tributária em relação a ICMS.

Quero informar a V. Exa. que foi hoje já protocolado aqui nesta Casa, porque o Governador fez questão de entregar pessoalmente ao 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, essa proposta inovadora que o Paraná apresenta, e espero, Deputado Alexandre Curi, essa proposta inovadora que o Paraná apresenta, e espero, Deputado Valdir Rossoni, que possamos promover um amplo debate, espero que as forças vivas da sociedade para esta Casa, possam vir, que possamos realizar Audiência Pública. Não pretendo, sob hipótese nenhuma, Deputado Durval Amaral, V. Exa. como Presidente da CCJ também e como tributarista que é, até dizer que, seguramente, V. Exa. terá uma contribuição importante a ser feita, e temos que reconhecer, Deputado Elio Rusch, V. Exa. ontem deu, inclusive, declarações à imprensa sem ter lido o projeto, dizendo que não li, não gostei. Desculpe dizer desta forma, mas entendo que a proposta, pelo que li e ouvi, é uma proposta muito interessante, há manifestações favoráveis, entendo que a lideranças empresariais deverão, Deputado Valdir Rossoni, vir a esta Casa se pronunciar. Acho que esta Casa poderá inovar, o Governador Requião quer que esta proposta seja debatida por esta Casa e, claro, aprovada. É uma proposta nova, ela inova. Ao mesmo tempo cria, de fato, uma redução naquilo que se chama bens de consumo/salário. Ela atinge cerca de 95 mil itens que são comprados pelo salário do trabalhador.

Então, entendo que é uma discussão que deveremos travar, aprofundar o debate, e, claro, a proposta foi muito, exaustivamente debatida no âmbito da Secretaria da Fazenda e, claro, o Secretário Heron Arzua deverá vir a esta Casa para debater. Entendo que a Oposição, e claro, a nossa bancada de apoio ao Governo, poderá em profundidade discutir o tema. Acho que o tema é merecedor mesmo. Entendo que é uma forma de enfrentar a crise financeira internacional que se avizinha, com o recrudescimento do processo inflacionário. Temos que ver as repercussões. Seguramente o debate deverá ser travado. Mas foi protocolado hoje nesta Casa e entendo que todos os Parlamentares deverão tomar conhecimento e se aprofundar no debate, porque é um debate importantíssimo em relação a estrutura do estado do Paraná.

Vamos estar inovando.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

A minha única preocupação, Deputado Romanelli, é termos conhecimento, porque não tem como você fazer aqui uma avaliação sem ter conhecimento.

É lógico que quando se fala em impostos estamos falando do bolso do cidadão, e temos uma carga tributária um pouco elevada, se formos aqui calcular.

Então, a minha preocupação, que V. Exa. está dizendo, chegou na Casa, espero receber esse projeto para que possamos fazer o estudo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É isso que eu espero, há uma redução, eu vi os estudos de 6 e 8% do valor dos produtos nas prateleiras, dos produtos de consumo, eletrodomésticos, em todos eles.

Eu vim à tribuna hoje, para lembrar os 20 anos da Constituição Cidadã. Vou falar sobre isso mais adiante, mas antes não posso deixar de responder aqui, Deputado Péricles, porque entendo que se fôssemos aqui da tribuna dessa Casa promover o debate sobre o processo eleitoral de cada um dos municípios eu estaria aqui falando pelo menos de 30 municípios aonde houve surpresa em relação ao processo eleitoral e das coisas que aconteceram nesse processo. Agora se formos trazer aqui para o debate na Assembléia essa discussão, quero dizer a V. Exa. que eu recebo no meu gabinete, vou lá e mostro a V. Exa. o que recebi.

Entendo que V. Exa. levantou aqui suspeição sobre um processo regular eleitoral, de um Juiz Eleitoral, de um Prefeito que já teve proclamado seu resultado, o Prefeito do nosso partido, PMDB, o Prefeito Márcio Mainardes de Curiúva, foi Prefeito reeleito, extremamente trabalhador, fez uma grande administração nesses últimos quatro anos, foi merecedor da confiança do povo de Curiúva. É um Prefeito que teve aprovação durante todo seu mandato e o processo eleitoral em Curiúva, tenho que reconhecer, houve uma radicalização muito intensa lá, com denúncias infundadas, completamente despropositadas. Ele foi injustamente acusado, passou por dificuldades muito grandes que só uma pessoa com a fibra, a coragem e o caráter que ele tem pode superar isso. Entendo que V. Exa. tem que somar um certo cuidado em vir à tribuna e fazer determinadas afirmações.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Romanelli, se fosse me dada a palavra logo após o pronunciamento do Deputado Péricles, seguramente eu seria mais agressivo, mas a adrenalina passa. Eu só queria dizer uma coisa: no curso da campanha o próprio Prefeito reeleito foi, para ser bem entendido vou colocar com clareza, foi denunciado que tinha armamento em casa e US\$ 1 milhão para comprar a eleição. A Polícia Federal foi lá, não achou um canivete nem dinheiro algum, portanto vejam o nível da campanha em Curiúva.

Em segundo lugar acho, Deputado Romanelli que dezenas de municípios do Paraná entraram ou entrarão com ações na Justiça com referência a resultado de pleito. A tribuna da Assembléia, não se presta para pegar um documento de um advogado questionando em nome dos inconformados e nós venhamos colocar isso publicamente como se fosse uma verdade. Ainda bem que o Deputado Péricles fez uma retificação, aliás levantada por nós dois para ele, que o Prefeito não é cartorário naquele município. Segundo: a Polícia tem obrigação, se há o deslocamento de pessoas para um local ou para uma cidade vizinha, uma das obrigações da Polícia Militar é acompanhar o ato para que

não haja tumulto, principalmente envolvido por eleição. Agora se pegar 500 ou 1 mil assinaturas, seguramente não é de eleitor que votou no Prefeito que ganhou, deve ser de todos os que perderam e isso é fácil de conseguir em qualquer município, colhe assinatura de quem perdeu para dizer que o pleito foi ilícito.

Mas uma coisa, só para encerrar, o Prefeito Mainardes durante todo o processo eleitoral manteve entre 60 e 70% de pesquisa de voto, acabou ganhando por 50 e pouco, portanto houve até uma reação do adversário no final, mostra que não houve pressão nem coação, nem coisa nenhuma, porque senão ele teria ganhado com índice que as pesquisas mostravam.

Acho que esse assunto se encerra aqui, da minha parte, para que não venhamos no Plenário da Assembléia discutir os 399 municípios do Paraná sobre o contentamento ou descontentamento de quem ganhou ou quem perdeu.

Obrigado

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Atuo bastante na região e conheço o Prefeito Márcio, o seu trabalho e da sua equipe, uma pessoa séria, direita, ganhou a eleição como devia. Eu também vou procurar não ser muito agressivo, mas acho que o pequeno não sabe perder.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Péricles, direito de resposta a V. Exa.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Vou desconsiderar o aparte do Deputado Stephanes porque ele tem obsessão pelo PT, é uma coisa patológica.

Deputado Romanelli, vejo bem, acompanhei a eleição em mais de 50 municípios. Eleições como a de Reserva - pessoalmente liguei para o Governador, que me atendeu no mesmo momento, pedindo segurança oficial para a nossa unidade - cujo irmão do Presidente da Câmara foi assassinado há questão de dois de anos atrás.

O senhor imagine, não é um município qualquer. Termina a eleição a revolta é tão grande, generalizada que centenas e centenas de pessoas vão atrás do Juiz. Denúncias que envolvem a questão da urna eletrônica, das assinaturas, o eleitor chega para votar e já tem a assinatura do fiscal. Em nenhum momento quis polemizar ou unir pessoas. A única citação errada que fiz - e corrigi, porque foi passada a informação - é que os eleitores que iriam denunciar não foram no cartório local porque o Prefeito era dono. Não é o Prefeito. O primo do Prefeito é que participa do cartório, não é dono, é o escrivão. Então eu corrigi esse erro. Não ataquei pessoalmente ninguém, inclusive disse isso no começo. É um partido aliado. Mas são denúncias muito específicas a ponto de 20% do eleitorado ou mais assinar para que a justiça...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Uso o horário da Liderança do Governo, dou mais um minuto para o Deputado Péricles concluir.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Só fiz essa denúncia aqui, sem atacar pessoalmente ninguém, porque eu solicitei, mandei um fax ao Secretário de Segurança, que houvesse proteção policial maior em Curiúva, mesmo porque a denúncia que recebi, é que dois policiais estavam impedindo o ônibus de se deslocar até Sapopema. Essa é a denúncia, mas que depois acompanharam. Como eles tentaram impedir inicialmente as pessoas se sentiram coagidas. Isso que eu falei. O que fiz, pedi uma atenção especial ao Governo do Estado para esse processo e chamei a atenção da opinião pública para esse processo.

O senhor tem o direito democrático de defender, de dizer que o que eu falei é errado. Isso é um debate democrático. Agora, eu falei convencido, as pessoas do PT em Curiúva são pessoas simples, humildes. Fui lá várias vezes, ajudei com o projeto da campanha, eu confio nessas pessoas, como o senhor deve confiar no seu candidato. Não tenho nada pessoalmente contra ele. Nada. Quero apenas que as denúncias sejam averiguadas e que o Governo do Estado coloque proteção, para que as pessoas não sejam coagidas nas ruas, em praças públicas para não assinar o documento, só isso. Acho que o direito da democracia não ofende a honra de ninguém. Apenas estou trazendo para o povo do Paraná denúncias graves, que não vi em nenhum outro município do Paraná, esse tipo de ação que aconteceu em Curiúva.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB) (Aparte)

Quero aproveitar e pedir providência da Polícia verbalmente, porque não é só lá em Curiúva. Quero comunicar Deputado Romanelli que em Santa Lúcia, nós concorremos com o PMDB, contra um candidato do PT e, hoje pela manhã foi assassinado no meio da rua um candidato a Vereador nosso, na frente de testemunhas. Um crime bárbaro hoje pela manhã. Acho que também lá precisa de Polícia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer, Deputado Péricles, que eu considero infamantes as suas insinuações. Entendo que V. Exa. usa uma linguagem que, sinceramente, é imprópria no ponto de vista do debate político.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

O senhor não tem autoridade para dar pito nessa Casa, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Dei o aparte a V. Exa., ouvi V. Exa. falar, V. Exa. tem que me respeitar. São infamantes as suas palavras, as suas insinuações e V. Exa. tem que ouvir. Ouvi V. Exa. mais de 20 minutos falando, dei parte do meu tempo, V. Exa. vai me ouvir. É infamante o que V. Exa. falou.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Eu não lhe agredi como o senhor está me agredindo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. não pode insinuar o cometimento de crimes. V. Exa. transforma um pleito eleitoral, de uma disputa eleitoral e vem aqui acusar o Prefeito do nosso partido, que legitimamente ganhou a eleição. Eu perdi e ganhei eleições. E nem por isso vim à tribuna desta Casa fazer este tipo de barbaridade.

Sinceramente, vamos respeitar o processo democrático. Se V. Exa. ou os advogados têm alguma coisa a fazer, tem Juiz no município. O Juiz acompanha o processo eleitoral...

O Sr. Péricles de Mello (Aparte)

O senhor não pode tolher minha palavra, desta tribuna! O senhor não pode dizer que eu cometo infâmias!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria que V. Exa. me garantisse a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Só um minuto, Deputado Luiz Claudio Romanelli. V. Exa. tem a palavra e eu pediria ao Deputado Péricles de Mello que respeitasse a palavra do orador que usa a tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Já dei os apartes, ouvi-o falar. E vou repetir: é infamante. É assim que eu considero. Pode gostar ou não do que eu falei. E entendo que, não é possível este tipo de insinuação que é feita aqui. Se tem alguma coisa, petição em Juízo, ao Poder Judiciário que funciona justamente para isso. Não é possível nós transformarmos o plenário da Assembléia Legislativa na discussão política de Curiúva. Desculpe-me, mas não é o caso. Se V. Exa. quer transformar, transforme.

Agora, eu não concordo e não vou deixar passar batido, quando se tenta ofender a honra de um Prefeito do nosso partido, o PMDB, o Márcio Mainardes. Não aceito isso! V. Exa. pode falar o que quiser, mas também tem que ouvir aquilo que eu posso dizer, aqui, de forma franca e leal, da forma como sempre tive, em toda minha vida, com V. Exa. e com qualquer outro Parlamentar desta Casa.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

O senhor deve cuidar para não agredir os outros. As palavras que o senhor me dirigiu são graves. Não cometi infâmia, na minha vida, contra ninguém. O senhor deve ter mais respeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, vou dizer o seguinte: as palavras, vou repetir, as palavras em relação são infamantes. Desculpe, mas são! Se V. Exa. não concorda, respeito sua posição, mas que são, são.

Sr. Presidente, quero utilizar o tempo que me resta para dizer o seguinte: vim aqui para comemorar os 20 anos de democracia. Vinte anos da Constituição Cidadã. Ontem eu tive a honra de participar da abertura do 8º Simpósio Nacional de Direito Constitucional, promovido pela Associação Brasileira de Direito Constitucional, que tem como Presidente de honra o jurista Dalmo de Abreu Dallari e como Presidente Executivo o professor Flávio Panzieri. E foram inúmeras as autoridades presentes ao evento.

Representei nossa Casa e sinceramente, fiquei feliz em ver lá o Ministro Sepúlveda Pertence, que pertence - sem fazer uma brincadeira com seu nome - mas que pertence à história deste país, pelo brilhantismo, a capacidade, a coerência, deste homem que lutou contra a ditadura, foi Ministro do Supremo, ontem recebeu uma homenagem fantástica de todos os que participaram, mais de 1 mil e 500 pessoas deste grande evento. Saí daquele evento e fixou ecoando na minha cabeça a lembrança que aqui pode presenciar o Deputado Waldyr Pugliesi, que foi Constituinte e que foi o grande discurso, o pronunciamento do ilustre Ulysses Guimarães, quando no dia 5 de outubro de 1998 foi promulgada a Carta vigente.

E foram as palavras de Ulysses Guimarães que, na minha avaliação, as mais bem ditas nesta república, em relação à Constituição, quando ele dizia:

(Lê):

“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria confessa, ao admitir reforma. Quanto a ela, discordar sim, divergir sim, descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. Quando a persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia, quando após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo! Amaldiçoamos a tirania, onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina.”

Aí, claro, o grande Ulysses Guimarães toca nos temas que são fundamentais da nossa Carta Magna, que permitiram os grandes avanços dos direitos individuais e sociais da nossa república e que nós vivenciamos há 20 anos um estado democrático de direito neste país, o mais longo período de democracia, de liberdade e de garantias públicas que vivemos na nossa república. Desde a primeira Constituição, em 1824, o nosso país viveu períodos de obscurantismo e hoje vivemos períodos de luz, luz intensa do ponto de vista da democracia.

Por isso, quero saudar aqui e gostaria de ter me aprofundado mais nos temas que são fundamentais desse grande discurso dessa grande Constituição, mas concluirei ainda com Ulysses Guimarães: “Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. Uma delas, benfazeja, me colocou no topo dessa montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereço. Que o bem que os constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles.

O estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram. Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-Já que, pela transição e pela mudança, derrotou o estado usurpador.

Termino com as palavras que comecei esta fala: a nação quer mudar. A nação deve mudar. A nação vai mudar.

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja o nosso grito: mudar para vender!

Muda Brasil!"

E nós temos que reconhecer que em 20 anos, proféticas as palavras de Ulysses Guimarães. Mudou o Brasil. Hoje temos uma nova sociedade neste nosso país, democrático, com liberdade de expressão e cada vez mais em busca da constituição da justiça social. Era isso Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando sua ausência das Sessões Plenárias nos dias 07 e 08/10/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 219/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Planaltina do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 220/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Porto Rico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 221/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado Chefe da Casa Militar, a instalação do Bombeiro Comunitário no município de Paranacity. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 222/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de quadra coberta na Escola Estadual Maristela, no município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 223/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de quadra coberta na Escola Estadual Ivaítinga, no município de Nova Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 224/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Padre Anchieta, no município de São Pedro do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 225/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de São Pedro do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 226/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de São João do Caiuá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 227/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Santo Antônio do Caiuá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 228/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Santa Cruz do Monte Castelo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 229/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a recuperação da rodovia PR-561, no trecho entre Paranavaí e Nova Aliança do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, com sede e foro na cidade de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que acresce inciso VI ao artigo 1º da Lei nº 14743, de 15/05/05, alterada pela Lei nº 15492, de 09/05/07. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública a ALO - Associação Largo da Ordem, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Pranchita, com sede no município de Pranchita e foro na comarca de Santo Antonio do Sudoeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e aeroportos, bem como os estabelecimentos bancários de disponibilizarem cadeira de rodas e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/08, de 06/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 336/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, tem por objetivo obrigar as empresas que possuem guichês em terminais rodoviários e aeroportuários, assim como os estabelecimentos bancários, a disponibilizar aos seus clientes cadeiras de rodas.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que a Constituição Federal, ciente da importância da inclusão do portador de necessidade especial, preconizou, como uma de suas diretrizes, a assistência social. Neste sentido, o artigo 203, IV estabelece de forma clara a inclusão do portador de necessidade especial, a fim de sanar ou diminuir a dificuldade decorrente desta necessidade.

Vejamos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

O conceito de integração é, como se observa, amplo, podendo se dar de várias formas e vem ao encontro dos dispositivos norteadores do estado brasileiro, quais sejam, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

Uma das formas de integração é a criação de mecanismos que facilitem a locomoção, seja através da construção de rampas de acesso aos cadeirantes ou disponibilizando meios para que aqueles que possuam dificuldades de locomoção, ainda que transitória, possam se deslocar de maneira mais dinâmica.

A legislação federal infraconstitucional também vem atuando no sentido de dar regulamentação ao dispositivo constitucional, como se observa, por exemplo, na Lei Federal nº 7853/89.

Destaque-se a opinião do Juiz de Direito no Estado de São Paulo, Dr. Antônio Silveira R. dos Santos:

Na legislação ordinária destacam-se a Lei nº 7853, de 24/10/89, que dispõe sobre o apoio e integração social dos deficientes e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos destas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público, bem como define crimes e dá outras providências, prevendo crime a negação, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, de emprego ou trabalho, assim como impedimento, sem justa causa, do acesso a qualquer cargo público, por idêntico motivo, estipulando pena de reclusão de um a quatro anos; a Lei nº 7405, de 12/11/85, que dispõe sobre o Símbolo Internacional de Acesso para utilização por pessoas portadoras de deficiência e a Lei nº 8899, de 19/06/94 que concede passe livre aos portadores de deficiência no sistema de trans-

porte coletivo interestadual. Há ainda leis estaduais e municipais nos termos concorrentes determinados pelo artigo 24, XIV da Constituição Federal. Na área trabalhista a Lei nº 8213/91 introduziu a chamada reserva de mercado, obrigando as empregadoras reservar certo número de cargos em percentuais aos beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências.¹

Nesse sentido, a legislação estadual vêm no intento de suplementar a legislação federal, que no artigo 2º, parágrafo 2º, IV, “a”, da Lei 7853/89 assim estabelece:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Por se tratar de dispositivo que visa atender ao princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, III da CR, as restrições previstas pelo Constituinte dizem respeito a abrangência da norma, podendo a norma que visa a criação de direitos aos portadores de necessidades especiais ser federal, estadual, conforme disposição do artigo 24, XIV, da Constituição:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

No sentido do dispositivo mencionado, cumpre a união a elaboração das diretrizes gerais acerca da matéria, sendo competência a competência do Estado-membro de natureza suplementar, como explica José Afonso da Silva:

(...) a competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui (na verdade até pressupõe) a competência suplementar dos estados (e também do Distrito Federal, embora não se diga aí), (...) porque justamente a característica da legislação principiológica (normas gerais, diretrizes, bases), na repartição de competências federativas, consiste em sua correlação com competência suplementar (complementar e supletiva) dos estados.²

1.SANTOS, Antônio Silveira R. Direito dos Deficientes. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=165>>

No que diz respeito aos municípios, ainda que a Carta Magna não os mencione como competentes no artigo 24, impõe a estes competência para suplementar a legislação federal e estadual, nos termos do artigo 30, II:

Art. 30 - Compete aos municípios:

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Nesse sentido, a explicação de José Afonso da Silva:

A Constituição não situou os municípios na área de competência concorrente do artigo 24, mas lhes outorgou competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber, o que vale possibilitar-lhes dispor especialmente sobre as matérias ali arroladas e aquelas a respeito das quais se reconheceu à união apenas a normatividade geral.

Ainda que o atendimento aos portadores de necessidades especiais em muitos municípios possa não ser de utilidade prática considerável, convém adequar os locais de acesso ao público, sempre que possível ao acesso desse grupo de pessoas em especial.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade, já que indica expressamente qual o diploma legislativo que visa suplementar (Lei 7853/89), conforme se observa na justificativa do projeto em análise.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei, somos pela sua aprovação, na forma da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 336/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 1º e 141, II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sugere-se uma emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 336/08, suprimindo o artigo 4º e alterando a numeração do artigo 5º para artigo 4º passando o projeto a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os estabelecimentos bancários, as empresas que matêm guichês em terminais rodoviários e as empresas que mantêm guichês em aeroportos em funcionamento no estado ficam obrigadas a manter, no mínimo, uma cadeira de rodas à disposição de portadores de necessidades especiais, idosos ou de pessoas necessitadas, circunstancialmente, do uso do equipamento, quando em trânsito.

2.SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros, 29ª Ed. São Paulo. Pág. 504.

§ 1º A utilização do equipamento que se refere o *caput* deste artigo será gratuita.

§ 2º O equipamento a ser mantido e utilizado deverá estar de acordo com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 3º As empresas e estabelecimentos bancários deverão providenciar a cadeira de rodas a que se refere o *caput* deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 2º As empresas deverão fixar placas ou cartazes, em locais visíveis, indicando a disponibilidade e o local que abriga o equipamento para oferecimento e utilização pelo usuário necessitado.

Art. 3º O descumprimento desta lei sujeita ao infrator a aplicação de multa, a ser prevista no regulamento, sem prejuízo de outras cominações legais.

Art. 4º (Suprimido)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 336/08

P A R E C E R :

O nobre Deputado, Jonas Guimarães, está de parabéns pela humanitária iniciativa de submeter à apreciação desta Casa, projeto que assegura aos portadores de deficiência definitiva, ou mesmo circunstancialmente, o direito de locomoção e acessibilidade, pois assegurando este direito estará garantindo, também, o direito da inclusão social.

Virando lei, este projeto, trará enorme benefício social.

Como mesmo justifica o nobre autor deste projeto, há determinadas situações que ferem a dignidade e a cidadania dos portadores de necessidades especiais, que ainda precisam ser corrigidas. Conforme dados apresentados pelo autor do projeto, segundo censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui cerca de 25 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência e, grande parcela desses brasileiros encontram-se impedidos de exercer plenamente sua cidadania, devido às grandes dificuldades que os mesmo encontram na hora de locomover-se, tanto na área residencial quanto na área urbana.

Louvo a inteligência do ilustre Deputado Artagão Júnior que, com a presente proposição a tão importante área.

Meu parecer é pela sua aprovação, renovando a homenagem deste Relator ao Deputado Jonas Guimarães, que honra e dignifica seu mandato parlamentar.

Sala das Comissões, em 17/09/08.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Cruz Vermelha Brasileira filial do estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/08, de 27/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 368/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública estadual a Cruz Vermelha Brasileira filial do estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública o CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, com sede e foro no município de Bandeirantes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/08, de 01/09/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 371/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, declara de utilidade pública o CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, criado pelo Decreto nº 1790/03, com sede à rua Bendito Bernardes de Oliveira, 39, município e comarca de Bandeirantes, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo estatuto social, a correta denominação do Conselho que se pretende declarar de utilidade pública é CONSEG BANDEIRANTES - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes bem como, possui sede e foro no município de Bandeirantes. Além disso, não é necessário informar o projeto de lei o endereço do Conselho, uma vez que o referido endereço consta em seu estatuto social.

Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no Estatuto Social da referida Associação, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA PROJETO DE LEI Nº 371/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o CONSEG BANDEIRANTES - Conselho Comunitários de Segurança de Bandeirantes, com sede e foro no município de Bandeirantes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2479, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu havia assumido compromisso na nossa última Sessão, face um pedido de informação formulado pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, em relação aos contratos de terceirização havidos pelo DETRAN. Como eu havia dito, o nosso Diretor Geral do

DETRAN, o Coronel Davi Antonio Pancotti, muito prontamente enviou à Liderança do Governo no dia 29 de setembro os documentos requeridos, que penso eu, Deputado Elio Rusch, devem estar aqui todos completos. Então, queria passar às mãos de V. Exa., naturalmente se V. Exa. quiser ainda algum pedido adicional poderá fazê-lo, mas entendo que aqui há base para as consultas que V. Exa. deseja fazer em relação a esses contratos de terceirização, e agradecer aqui o nosso Diretor-Geral do DETRAN, o Coronel Davi Antonio Pancotti pela presteza e gentileza de ter prestado as informações muito rapidamente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Presidente, nós também, nas últimas Sessões que antecederam a eleição municipal, havíamos realmente apresentado um requerimento solicitando informações sobre os serviços terceirizados do DETRAN. O Líder do Governo pediu que retirássemos o pedido de informações e ele traria todas as informações que constavam no nosso requerimento no que diz respeito aos serviços terceirizados do DETRAN. Recebemos os documentos, vamos entregar à nossa assessoria para que possa fazer um levantamento para ver se as dúvidas que tínhamos em relação à terceirização estão ou não aqui contempladas.

Agradeço ao Líder do Governo pela entrega dos documentos.

Requerimento nº 2468, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2471, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2478 e 2481, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2480, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2491, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 350, 366 e 372/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 336, 368 e 371/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 369 e 379/08.

Levanta-se a Sessão.